



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 076

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE JULHO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mário Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 076

73ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva:..... 02

Presenças:..... 02

Abertura da Sessão: 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 09

Pequeno Expediente:

Dep. Elton Welter 12

Dep. Ney Leprevost 13

Dep. Mário Roque 14

Dep. Chico Noroeste..... 15

Dep. Antonio Belinati 16

Dep. Tadeu Veneri..... 17

Grande Expediente:

Dep. Péricles de Mello..... 18

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Chico Noroeste 15

Dep. Jocelito Canto 22

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Eduardo Cheida23

Liderança do Bloco PPS / PMN

Dep. Douglas Fabrício24

Liderança da Oposição

Dep. Douglas Fabrício26

Liderança do Democratas

Dep. Elio Rusch27

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli29

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente30

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em).....33

Redação Final33

3ª Discussão34

2ª Discussão34

1ª Discussão34

Requerimentos36

Explicações Pessoais:

Dep. Luiz Claudio Romanelli.....39

Encerramento da Sessão40

Publicações Administrativas:

Contrato de Prestação de

Serviços40

Pregões Eletrônicos41

DIÁRIO Nº 076

73ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 73ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
07 DE JULHO DE 2009**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Neivo Beraldin e Jonas Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk,

Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mário Roque, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Valdir Rossoni, Ademir Traiano, Caíto Quintana, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Litro e a Sra. Deputada Rosane Ferreira (06).

Em licença médica o Sr. Deputado Duílio Genari (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob os nºs CEE/CC 2383 a 2396, 2398, 2399 e 2410 a 2418/09 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa os Projetos de Lei nºs 214/09, 306/08, 228/09, 232/09, 204/09, 200/09, 202/09, 197/09, 185/09, 192/09, 151/09, 160/09, 170/09, 042/09, 215/09, 217/09, 177/09, 265/09, 150/09, 191/09, 225/08, 129/09, 158/09, 182/09 e 034/09 de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Nelson Justus, Cida Borghetti, Alexandre Curi, Cida Borghetti, Luiz Eduardo Cheida, Duílio Genari, Nereu Moura, Felipe Lucas, Elio Rusch, Ney Leprevost, Felipe Lucas, Beti Pavin, Luiz Fernandes Litro, Francisco Bühler, Douglas Fabrício, Alexandre Curi, Professor Lemos, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Eduardo Cheida, Cleiton Kielse, Nereu Moura, Artagão Júnior e Luiz Accorsi, respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2284/09-GS/SEED da Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde - Secretária de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Elio Rusch, Marcelo Rangel e Durval Amaral, que solicitam esclarecimentos sobre a aquisição de 22 mil televisores multimídia para as escolas estaduais. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o Ofício nº 336/09/Agência Governo do Estado do Paraná do Sr. João Carlos J. Mendes - gerente geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, informando a celebração do contrato de repasse de recursos do Orçamento Geral da União nº 0277286-92/08/Ministério do Desenvolvimento Agrário, que fazem a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e a Caixa Econômica Federal, que tem por finalidade a transferência de recursos financeiros da União para a execução do PRONAT Apoio Educação do Campo. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício nº 343/09/Agência Governo do Estado do Paraná do Sr. João Carlos J. Mendes - gerente geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, indicando os créditos de recursos financeiros no valor de R\$ 18.873,22 (dezoito mil, oitocentos e setenta e três reais e vinte e dois centavos), destinados ao Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 0226.006-35/07MCidades/Caixa, no âmbito do Programa PPI/Intervenção em Favelas/UAS/Provisão Habitacional sob a Gestão do MCidades, que tem por objeto as ações estruturantes de habitabilidade, urbanismo e preservação ambiental dos mananciais de água formadores do rio Iguaçu, no contorno de Curitiba. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício nº 342/09/Agência Governo do Estado do Paraná do Sr. João Carlos J. Mendes - gerente de relacionamento da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, comunicando alterações decorrentes das Leis nºs 11945 e 11960 em relação ao atendimento à Lei Complementar nº 101/00 (Responsabilidade na Gestão Fiscal). **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 808/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Cultura Vera Mussi a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Ângulo.

Ao Sr. Governador, Sra. Secretária.

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação a construção de uma Biblioteca Cidadã no

Município de Ângulo pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

No Município de Ângulo reside grande número de trabalhadores rurais que labutam nas lavouras de cana e mandioca. Ou seja, nessa região vivem pessoas com baixíssimo poder aquisitivo, que não têm condições de arcar com os custos do material escolar de seus filhos, que dirá com a compra de livros infantis ou de pesquisas.

Em face dessa realidade, não há como se oferecer às crianças e adolescentes dessa região atividades culturais que lhes despertem o gosto pelo estudo e pela leitura sem o auxílio do Estado.

A construção de uma Biblioteca Cidadã em Ângulo, portanto, mais do que constituir-se em importante vetor de desenvolvimento intelectual e cultura para os estudantes do ensino básico e fundamental daquela região, é ferramenta indispensável para complementar-se o processo educacional dessas crianças e adolescentes.

INDICAÇÃO Nº 809/09

SÚMULA:

Sugere a aquisição de equipamentos hospitalares.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a aquisição de equipamentos hospitalares para o Núcleo Integrado de Saúde de Ângulo (NIS).

II - a apresentação da presente indicação objetiva a aquisição de equipamentos ao Núcleo de Saúde de Ângulo, para que os profissionais que atuam possam atender com maior eficiência os problemas da população do Município de Ângulo.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 810/09

SÚMULA:

Sugere incentivos fiscais as empresas que instalem o telhado verde no âmbito do Estado do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Marcelo Rangel, no uso de suas atribuições regimentais, sugere:

I - As empresas do Estado do Paraná que implantem o telhado verde recebam incentivos fiscais do Governo do Estado.

II - O telhado verde existe há milhares de anos, foi criado como uma forma de garantir o calor da casa colocando plantas sobre o teto, já que no século XIX não existiam aquecedores. Hoje em dia, com a urgência das

mudanças climáticas, os arquitetos buscam todas as formas possíveis de reduzir o consumo de energia, sendo que a presente ideia é uma solução para esse problema, devido aos seus inúmeros benefícios, dentre a absorção do ar o gás carbônico com o crescimento das plantas, sendo este o principal responsável pelo aquecimento global, a vegetação também filtra o ar poluído das cidades, e a superfície com plantas absorve menos calor do sol que os tetos de cimento ou telhas. Uma área urbana bem arborizada pode ficar até 3 graus centígrados mais fresca que uma região com cimento e asfalto.

III - Desta forma, a presente proposta justifica-se pela necessidade de o Governo incentivar qualquer forma de cultivo ao meio ambiente, bem como qualquer meio de economia de energia. Portanto, o incentivo fiscal, como o desconto de tributos cobrados pelo Estado do Paraná é uma forma de estimular a implantação do telhado verde nas empresas privadas a fim de que se beneficie as empresas e até mesmo atraindo empresas de boa conduta para o Estado.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) MARCELO RANGEL

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3362

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja realizada uma Audiência Pública no dia 06 de agosto, a partir das 14h na sala de reuniões das comissões, para debates sobre o transporte metroviário.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 3388

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do setor de revisão legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, arquivamento do Projeto de Lei nº 284/09, que declara de utilidade pública o Hospital de Caridade de Palmeira, com sede e foro no Município de Palmeira, por existir a Lei nº 15.891, de 04/09/08.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 3389

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 558/07, que autoriza o Poder Executivo construir Hospital Regional no Município de Fazenda Rio Grande.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 3390

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 09/07, que institui a Região Metropolitana de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 3391

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o arquivamento do Projeto de Lei nº 625/07, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 3392

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na qualidade de Presidente da Comissão do MERCOSUL, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, autorização desta Casa de Leis para o Sr. Deputado Reni Pereira participar da reunião conjunta do CODESUL e PARLASUL, organizado pela UNALE, a se realizar nos dias 08 de julho do corrente, na Cidade de Florianópolis.

Outrossim, solicita-se o pagamento de passagem e 2 diárias para tal representação.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3363

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Ajocir Vicari, ocorrido no dia 06 de julho.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 59 anos de idade faleceu o Sr. Dr. Ajocir Vicari, advogado. Ajocir foi um grande defensor do meio ambiente, tendo colaborado significativamente em campanhas e movimentos de preservação, contribuindo para a execução de projetos educativos e preventivos nesta área. Foi advogado com especial atuação na área do meio ambiente, tendo participado efetivamente em inúmeras ações ecológicas. Foi Presidente da Organização Não Governamental do Instituto Nacional do Meio Ambiente - ONG-INAMA; palestrante em Educação, Orientação e Direito Ambiental, participante ativo do projeto Cidade Limpa ministrando palestras nas escolas sobre o lixo

reciclável, alimentação e geração de empregos; integrantes das Campanhas Combate à Fome, do Agasalho, de Coleta de Sangue, Natal Sem Fome, entre outras.

Ajocir Vicari era filho de Olindo Vicari e Clotilde Vicari. Deixa viúva Jussara das Graças Cavalheiro Vicari e três filhos. Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares do Sr. Ajocir Vicari, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Vicari, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3361

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações pelo 19º aniversário do Município de São Pedro do Iguaçu que se realizará no dia 16 de julho do corrente.

Requer, outrossim, seja dada ciência do presente requerimento ao Prefeito Municipal, Sr. Natal Nunes Maciel.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

São Pedro do Iguaçu é um Município brasileiro do Estado do Paraná. Começou a se formar a partir da comercialização de terras feitas pela colonizadora Bentem, no início da década de 60, e por esse motivo a área não sofreu impacto direto da promoção colonizadora sulista. Em 1963, foram derrubados seis alqueires para a construção do povoado.

Formado inicialmente por mineiros e nordestinos, a população são pedrense, possui como principal grupo étnico, os brasileiros da região central e nordeste, existindo também grupo teuto-germânico e italianos, vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 1980, São Pedro começou a se desenvolver até se tornar um promissor Município. Criado através da Lei Estadual nº 9336 de 16/07/90, foi desmembrado de Toledo.

REQUERIMENTO Nº 3364

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimen-

tais, e associando-se ao júbilo dos dirigentes e sindicalizados, REQUER ao Plenário desta Casa Legislativa o encaminhamento de Congratulações a SETCEPAR - Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Estado do Paraná, entidade que muito orgulha o nosso Estado, pelo transcurso de seus 66 anos da existência.

Caso aprovada a presente proposição, o preponente requer seja dada ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada à diretoria da SETCEPAR na pessoa do seu presidente, Sr. Aldo Fernando Klein Nunes.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3365

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, REQUER ao Plenário desta Casa Legislativa o encaminhamento de Congratulações ao Sr. Irineu Wessler, da Cidade de Francisco Beltrão, por sua eleição à presidência da Associação Brasileira de Criadores de Suínos, no último dia 03 de julho, durante o XIII Seminário Nacional de Desenvolvimento da Suinocultura. Ao tempo em que se formula ao eleito desejos de largo sucesso no cargo assumido.

Caso aprovada a presente proposição, o preponente requer seja dada ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada ao congratulado.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3366

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER o encaminhamento de congratulações e votos de profícua governadoria ao Sr. César Luis Scherer, por sua posse como Governador do Distrito 4640 do Rotary Internacional, para o ano rotário 2008/09, que aconteceu no último sábado, dia 04 de julho.

Ressalta-se que César Luis Scherer é o primeiro rondonense a ocupar tão relevante cargo na estrutura rotária do distrito antes referido, que abrange as regiões oeste, sudoeste de parte centro-sul do Estado, e é composto por 84 clubes e cerca de 2.200 rotarianos.

Revela notar, que o Distrito 4640 é o maior do Paraná e o segundo do País. Mas, fica a certeza: com o dinamismo que lhe é peculiar e sua maneira própria de agir, o novo Governador e sua esposa Sônia alcançarão grande êxito em suas novas funções, engrandecendo ainda mais a organização rotária distrital.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado preponente requer seja dada ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada ao homenageado.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3367

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, adiante firmado, facultado pelas suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário dessa Casa Legislativa que se digne aprovar o envio de congratulações a SICREDI Costa Oeste, da Cidade de Marechal Cândido Rondon, pela passagem dos 24 anos de existência, que ocorreu na data de ontem. Ao tempo em que se faz votos pelo contínuo crescimento e expansão dessa renomada instituição cooperativista.

Vale ressaltar neste momento, que em pouco mais de duas décadas de existência, a SICREDI Costa Oeste, para júbilo de seus quase 12 mil associados e todo o corpo diretivo e colaboradores, tornou-se cooperativa de crédito modelo do Sistema SICREDI.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se que da decisão seja dada ciência ao Sr. Adolfo Freitag, diretor-presidente da cooperativa homenageada, via correspondência.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3380

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de voto de congratulações e de aplausos aos nove anos de circulação do Jornal do Iguaçu completados neste 4 de julho em Foz do Iguaçu e que seja encaminhada cópia desta proposição à direção do diário iguaçuense.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

O Jornal do Iguaçu nasceu na inquietude do jovem empresário de Foz do Iguaçu, Rodrigo Hauagge do Prado, em fomentar e trazer à tona informações e notícias da Cidade e Região Oeste do Paraná.

Sua primeira edição e lançamento ocorreram em março de 1999, com circulação semanal. Mas o JI, como é carinhosamente chamado pelos seus leitores, tomou vulto e credibilidade junto aos leitores e anunciantes no ano de 2000 quando passou a ter a circulação diária.

Ao completar seus nove anos de circulação no último dia 04 de julho, o Jornal do Iguaçu se tornou um veículo de comunicação consolidado na tríplice fronteira (Brasil-Argentina-Paraguai) e o jornal que mais cresce na região.

São 24 páginas de informação dinâmica e designer moderno, onde os leitores e anunciantes podem acompanhar as notícias nos editoriais de Política - seu ponto forte, Esporte, Cidade, Geral, Polícia, Cultura, Variedades, Estadual, Nacional e Mundo, além de contar com os melhores colunistas de Foz.

Não é à toa que o slogan do JI é: Credibilidade na informação, pois tem em seu quadro de funcionários e colaboradores, profissionais com mais de 20 anos de

experiência, sob o comando do Diretor-Presidente do Grupo Hapra de Comunicação, que além de deter o Jornal do Iguaçu, tem sob sua tutela a Rádio 97 FM, Foz TV e Editora Hapra, formando o maior pool de comunicação de Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO Nº 3385

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Irati, pelo transcurso, no próximo dia 15 de julho de seus 102 anos de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Sérgio Luiz Stoklos, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná receba e cumprimente a laboriosa população do Município de Irati.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Irati que no próximo dia 15/07/09 estará comemorando 102 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 102 anos não foi em vão, colaborou sobremaneira para o constante progresso da região. Parabenizamos através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste Município.

REQUERIMENTO Nº 3386

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Teixeira Soares, pelo transcurso, no próximo dia 14 de julho de seus 92 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Ivanor Luiz Muller, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná receba e cumprimente a laboriosa população o Município de Teixeira Soares.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Teixeira Soares que no próximo dia 14/07/09 estará comemorando 92 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 92 anos não foi em vão, colaborou sobremaneira para o constante progresso da região. Parabenizamos através

desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste Município.

REQUERIMENTO Nº 3387

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Rio Azul, pelo transcurso, no próximo dia 14 de julho de seus 91 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vicente Solda, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná receba e cumprimente a laboriosa população o Município de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Rio Azul que no próximo dia 14/07/09 estará comemorando 91 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 91 anos não foi em vão, colaborou sobremaneira para o constante progresso da região. Parabenizamos através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste Município.

REQUERIMENTO Nº 3369

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Associação das Amigas da Mama.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Associação das Amigas da Mama, na pessoa de sua presidente Sra. Maria Inês Malanga que coordena a união das mulheres que vivenciaram o câncer de mama e se conheceram através do convívio durante o tratamento contra a doença, revertendo sua experiência em prol de outras que estão enfrentando a mesma situação, apoiando-as e compartilhando sentimentos em visitas a hospitais e clínicas, proferindo palestras de prevenção em escolas, empresas e instituições, desenvolvendo atividades de cunho social e administrativo com suas convidadas e associadas, realizando projetos filantrópicos visando a recuperação das pacientes.

REQUERIMENTO Nº 3370

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Baggio Pizzeria e Focacceria.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Baggio Pizzeria e Focacceria pela iniciativa de no dia mundial da pizza, destinar parte de suas vendas em prol do Hospital Pequeno Príncipe, esta atitude demonstra a responsabilidade social desta empresa e seu compromisso com a comunidade, não poupando esforços e recursos para ajudar o próximo, leva apoio àqueles que de alguma forma dependem da entidade beneficiada, ações como esta são exemplo para a sociedade e motivadoras da cadeia de solidariedade.

REQUERIMENTO Nº 3371

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Alcino de Andrade Tigrinho.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Alcino de Andrade Tigrinho que assumiu como Governador do Distrito 4730 de Rotary Internacional, comprometido com o servir, proporcionando o fortalecimento do clube, exercendo influência na educação e no desenvolvimento ético, social e político, por meio de projetos permanentes de curta e longa duração e de companherismo, favorecendo a comunicação e o envolvimento rotário, realizando ações de interesse da comunidade, sempre de forma a assistir os mais necessitados com programas nas mais diversas áreas, incentivando o bom relacionamento entre as pessoas e difundindo a fraternidade entre os povos, cumprindo um papel de suma importância na sociedade, destacando-se pelo caráter humanitário exercido por seus membros.

REQUERIMENTO Nº 3372

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Restaurante Mediterrâneo Grill.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Restaurante Mediterrâneo Grill, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana, os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da capital. Por se tratar de uma cozinha que atende café da manhã e almoço por quilo, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e com os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável, uma referência da boa gastronomia.

REQUERIMENTO Nº 3373

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Matriz e Filial.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Matriz e Filial, que através de sua boa música, transmite à sociedade curitibana cultura e lazer, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo da Capital.

Por se tratar de uma casa noturna que oferece o melhor da gastronomia de boteco, destaca-se também pela sua culinária conquistando seus clientes com a qualidade e com os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável, ao som do chorinho, samba e MPB.

REQUERIMENTO Nº 3374

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Crossroads.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Crossroads, que através de sua boa música, transmite à sociedade curitibana cultura e lazer, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo da Capital.

Por se tratar de uma casa noturna que oferece pestiscos e um menu diferenciado de sopas e sanduiches, destaca-se também pela sua culinária conquistando seus clientes com a qualidade e com os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável, ao som das guitarras de blues e rock'n roll.

REQUERIMENTO Nº 3375

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Paulo Jair Machado.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Paulo Jair Machado que assumiu a presidência do Conselho Diretor do Rorary Club de Curitiba Santa Felicidade, comprometido com o servir, proporcionando o fortalecimento do clube, exercendo influência na educação e no desenvolvimento ético, social e político, por meio de projetos permanentes de curta e longa duração e do companherismo, favorecendo a comunicação e o envolvimento rotário.

REQUERIMENTO Nº 3360

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, o envio de expediente para a Sra. Yvelise Freitas Arco-Verde - Secretária de Estado da Educação, solicitando a viabilidade de construção de uma escola com 10 salas de aula, para atender a rede pública de ensino do Município de Reserva do Iguaçu.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Jocelino Siqueira Moraes, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 3376

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, para informar os seguintes questionamentos:

Qual o número de presos nas Delegacias de Polícia no Estado do Paraná?

Qual o número de presos que estão aguardando transferência para as penitenciárias?

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3377

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Secretário de Saúde, solicitando a seguinte informação:

Foi constatado caso de Gripe Influenza A subtipo H1N1, entre funcionários e/ou detentos na Penitenciária de Ponta Grossa?

Em caso afirmativo, quais ações foram tomadas pela referida Secretaria de Estado?

Em caso afirmativo, as pessoas contaminadas estão em área isolada para tratamento?

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3379

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário junto ao Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Heron Arzua, informar qual o valor da arrecadação do ICMS nos meses de março, abril e maio deste ano, relativamente às operações com as mercadorias abaixo relacionadas:

1) Energia elétrica;

2) Combustíveis;

3) Comunicação;

4) Fumo; e

5) Bebida alcoólica.

Requerem ainda que a informação seja prestada de forma individualizada para cada uma das mercadorias mencionadas acima, mês a mês (abril e maio) e, identificar também, quanto cada uma dessas mercadorias representou em termos percentuais, em face da arrecadação mensal total do ICMS do Estado (meses de abril e maio).

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(aa) FERNANDO SCANAVACA, ELIO RUSCH, DOUGLAS FABRÍCIO, OSMAR BERTOLDI, RENI PEREIRA E ANTONIO BELINATI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 349/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A Política Estadual de Segurança Contra Incêndios, terá como finalidade o conjunto de atividades exercidas pelo Poder Público e Privado que venham beneficiar direta ou indiretamente o setor de serviços de prevenção e extinção de incêndios, de busca e salvamento, prevenção de acidentes e de atendimento às vítimas de acidentes, pelo reconhecido interesse público.

Art. 2º A Política Estadual de Segurança Contra Incêndios tem por objetivo a preservação da vida, do meio ambiente e do patrimônio, atendidos os seguintes princípios:

I - criação dos Programas de Segurança Contra Incêndios;

II - ação de inclusão do estudo de educação social de segurança incêndios, visando à exposição e difusão entre crianças e adolescentes, no âmbito da rede oficial de ensino, de forma extracurricular;

III - divulgação das políticas governamentais para o setor;

IV - promoção da capacitação dos cidadãos das comunidades em geral visando à prevenção da morbimortalidade provocada por incêndios e acidentes;

V - criação das brigadas de incêndios comunitárias;

VI - ação governamental para o desenvolvimento técnico-científico em segurança contra incêndios; e

VII - autorização do Poder Público para celebração de convênios com a iniciativa privada para manutenção e criação de corpos de bombeiros municipais e voluntários.

Art. 3º O Sistema Estadual de Ensino incentivará a educação pública de segurança contra incêndios por meio:

I - do desenvolvimento da cultura de prevenção;

II - o fomento ao programa de segurança contra incêndios;

III - das práticas pedagógicas com fins de prevenção;

IV - da utilização dos estabelecimentos públicos estaduais de ensino pelos órgãos públicos e privados, para fins de difusão dos programas de segurança;

V - das inserções da educação de segurança contra incêndios nos projetos político-pedagógico das escolas estaduais; e

VI - da criação, pela rede oficial de ensino, dos cursos de especialização e técnico e segurança contra incêndios.

Parágrafo Único. A Educação Pública de Segurança contra incêndios é um componente essencial e permanente da Política Estadual de Segurança Contra Incêndios, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidade do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 4º Fica instituída a Semana de Segurança Contra Incêndios na rede de ensino oficial no âmbito do Estado, sendo realizada na semana do dia 2 de julho, com a realização de eventos que tem por objetivo divulgar o tema e incentivar a participação dos alunos, funcionários e comunidade em geral.

Art. 5º O Poder Público Estadual, quando necessário para exercer suas atribuições, fica autorizado a celebrar com os Municípios convênios sobre serviços de prevenção e extinção de incêndios, de busca e salvamento, prevenção em balneários, atendimentos de vítimas e prevenção de acidente, visando à agilização da prestação do serviço.

Art. 6º As diretrizes da Política Estadual de Segurança Contra Incêndios serão formulados em normas e planos destinados a orientar a ação dos órgãos envolvidos, no que relacionar com a proteção contra incêndios, observados os princípios do artigo 2º desta lei.

Art. 7º São instrumentos da Política Estadual de Segurança Contra Incêndios:

I - o estabelecimento dos padrões dos serviços dos Corpos de Bombeiros;

II - os incentivos a manutenção e instalação de corpos de bombeiros voluntários e municipais para melhoria da qualidade de atendimentos às emergências nos Municípios que não possuem quartéis do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar;

III - o Sistema Estadual de informações sobre a Segurança contra incêndios, e

IV - o cadastro de todos os bombeiros profissionais civis em atividade no âmbito do Estado junto ao Corpo de Bombeiros.

Art. 8º O Poder Executivo incentivará as atividades voltadas para a segurança contra incêndios, visando:

I - o desenvolvimento, no estado de pesquisas e processos tecnológicos voltados para a segurança contra incêndios;

II - a fabricação de equipamentos para prevenção e extinção de incêndios; e

III - a outras iniciativas que propiciem a segurança contra incêndios.

Parágrafo Único. Os órgãos, entidades e programas do Poder Público, destinados ao incentivo das pesquisas científicas e tecnológicas, considerarão, entre suas metas prioritárias, o apoio aos projetos em que visem a adquirir e desenvolver conhecimentos básicos e aplicáveis na área da segurança contra incêndios.

Art. 9º A fiscalização e controle das atividades dos bombeiros profissionais civis no Estado se dará pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar que exigirá no ato da vistoria documentos que comprovem a existência dos profissionais de acordo com legislação existente ou na sua falta em consonância com as normas técnicas oficiais.

Parágrafo Único. O Corpo de Bombeiros manterá cadastro dos bombeiros profissionais civis em atividades no Estado.

Art. 10. O Poder Executivo por meio do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado será órgão máximo fiscalizador das atividades dos bombeiros municipais e voluntários, cabendo as seguintes atribuições:

I - incentivar a criação dos bombeiros voluntários e municipais;

II - coordenar os programas de formação e instrução continuada dos bombeiros voluntários e municipais;

III - nos casos em que for solicitado contribuir para a organização, coordenação e manutenção dos serviços de bombeiros voluntários e municipais. Instituinto assim, os Corpos de Bombeiros Mistos;

IV - fiscalizar os padrões de serviços executados com emissão de parecer para propostas de adequação;

V - doar veículos e equipamentos usados para os Municípios que necessitem para iniciar as atividades de bombeiros voluntários e municipais;

VI - disponibilizar profissionais para auxiliar na instalação dos corpos de bombeiros voluntários e municipais quando solicitado;

VII - criar as diretrizes operacionais para os Corpos de Bombeiros Voluntários e Municipais.

Art. 11. As despesas decorrentes de execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

O objetivo precípua desta propositura é o de criar a Política Estadual de Segurança Contra Incêndios que tem por finalidade estabelecer o conjunto de atividades a ser exercidas pelo Poder Público e o Privado visando realização de benefícios de prevenção e extinção de incêndios, de busca e salvamento, prevenção de acidentes e de atendimento às vítimas de acidentes com finalidade de atender o princípio maior do Estado: o interesse público.

A Segurança Contra Incêndio é uma ciência multidisciplinar e tem como objetivos principais a proteção à vida, ao meio ambiente e ao patrimônio em geral. Estes princípios estão consagrados na missão dos Corpos de Bombeiros com fundamentos no artigo 144 da Constituição Federal. Portanto, não se discute a necessidade de uma Política de Segurança Contra Incêndios efetiva e moderna.

Milhares de vidas são perdidas por ano no mundo e no Brasil tendo como causa incêndios. O meio ambiente sofre danos irreparáveis com incêndios florestais.

Com a instituição da Política de Segurança Contra Incêndios os órgãos públicos em todas as esferas poderão se mobilizar para criar corporações de bombeiros e brigadas ambientais para promover ações educativas e preventivas com intuito de reduzir o tempo resposta das solicitações.

O primeiro passo é a educação, por isso o papel fundamental das escolas da rede pública. Será através de um processo de conscientização com práticas pedagógicas introduzidas por meio de fomento de programas que contarão com cursos, divulgação, com a instituição de uma Semana de Segurança Contra Incêndios, dentre outras iniciativas. Como resultado haverá um avanço na implementação de ações de Educação Pública e Segurança Contra Incêndios o que reduzirá os índices com a informação da comunidade mais carente quanto às medidas preventivas em seus lares.

Também é de extrema importância o fomento a ser efetivado pelo Poder Executivo para modernizar todo o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, com compras de novos equipamentos, treinamento do pessoal, e aumento do efetivo.

A importância do papel do Estado e da Sociedade é fundamental para que propostas de grande relevância como as de meio ambiente, saúde, educação dentre outras como políticas públicas objetivas e destinadas a concretizar o bem comum, finalidade do Estado.

Pelo exposto, conclamo o apoio dos nobres pares para a acolhida da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 350/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a AMIM - Associação da Melhor Idade de Mandaguari, com sede e foro no Município de Mandaguari.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) MILTINHO PUPPIO

JUSTIFICATIVA:

A presente AMIM - Associação da Melhor Idade de Mandaguari tem como finalidade precípua assistir idosos desamparados, velando pelo bem estar social, espiritual, emocional e moral, colaborando nas orientações e demais benefícios que visem um esclarecimento satisfatório às famílias.

Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 351/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Cooperativa de Trabalhadores Catadores de Material Reciclável - COOTACAR, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

JUSTIFICATIVA:

A presente AMIM - Associação da Melhor Idade de Mandaguari tem como finalidade precípua assistir idosos desamparados, velando pelo bem estar social, espiritual, emocional e moral, colaborando nas orientações e demais benefícios que visem um esclarecimento satisfatório às famílias.

Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

JUSTIFICATIVA:

A Cooperativa de Trabalhadores Catadores de Material Reciclável - COOTACAR, sediada no Município de Cascavel, tem como objetivos atuar na área de coleta seletiva. Através de programas e projetos na área social e ambiental, desenvolvendo um sistema que proporciona uma possibilidade de reestruturação do modo de vida e oportunidade de reintegração à sociedade, gerando trabalho e renda aos catadores de material reciclável, além dos resultados ambientais positivos decorrentes da

atividade fim. Tais atividades realizadas contribuem para fomentar ações solidárias de trabalho e renda e de preservação do meio ambiente, formar e capacitar agentes para ação social e o exercício da cidadania.

A declaração de utilidade pública estadual a esta entidade é elemento de grande importância para o seu fortalecimento e prosseguimento de suas atividades.

PROJETO DE LEI Nº 352/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Deverá o Poder Executivo acrescentar na licença maternidade o período de permanência de recém-nascidos prematuros em UTI neonatais ou em incubadoras, para cuidados intensivos e essenciais desses.

Parágrafo Único. Para a concessão do benefício descrito no artigo 1º da presente lei, a servidora deverá apresentar fundamentação médica que comprove a necessidade, bem como o período de permanência de seu filho recém-nascido nas UTI neonatais ou incubadoras.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07/07/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta visa o acréscimo do período de licença maternidade no caso de recém-nascidos prematuros que deverão permanecer em UTI neonatais ou em incubadoras, visando que tal período não seja descontado no tempo da licença, mas sim acrescido para conceder o direito da mãe de estar na companhia do filho recém-nascido.

Atualmente as legislações federais e estaduais são omissas tratando-se de licença maternidade no caso de prematuros. A referida licença objetiva a permanência da mãe em companhia do filho recém-nascido, já que este é um direito de ambos. Ocorre que no caso de recém-nascido prematuros esse direito fica prejudicado, já que, em alguns casos, estes devem permanecer em UTI neonatais ou em incubadoras, e a mãe não permanece todo o tempo que tem, de direito, junto ao filho.

Diante do exposto e da extrema importância do assunto da presente proposição, pede-se o devido apoio e a consequente aprovação do referido projeto.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus):

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, na segunda-feira que vem esta Casa, mais uma vez, vai ser palco de uma grande discussão estratégica, do ponto de vista econômico e social do País.

As Bancadas do PMDB, do PDT, do PT, junto com a CUT, a UPE, o PCDB, o Sindicato dos Petroleiros, a Federação Única dos Petroleiros, o Comitê Estadual em Defesa do Petróleo, a ONU e a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, estão promovendo um ato em defesa da PETROBRAS.

A PETROBRAS é a empresa que mais orgulha o País hoje. A PETROBRAS, com a descoberta do pré-sal, muitos têm dito que é a segunda chance que o País tem, de fato, de se transformar numa grande Nação.

No passado, a chance foi com o ouro, e ele foi embora do País.

Agora, a PETROBRAS, com a descoberta do pré-sal, e a realidade da quantidade de barris de petróleo que temos no pré-sal, queremos discutir amplamente com o povo brasileiro, o povo paranaense, as lideranças políticas, a sociedade civil organizada, o que fazer com o dinheiro do petróleo, como usar o dinheiro do petróleo para melhorar a vida do povo brasileiro, investindo em Saúde, Educação, bem-estar social.

Para isso, vários encaminhamentos e missões o Congresso Nacional terá que fazer. Medidas que o próprio Governo Federal precisa encaminhar, mudando o Marco Regulatório.

Portanto, é fundamental que esta Casa faça esse debate previamente, que discuta com a Agência Nacional de Petróleo, com os integrantes e com os funcionários da PETROBRAS, com a sociedade civil organizada, qual a melhor forma, onde vamos ter que legislar.

Os partidos políticos no Congresso Nacional, através do Senado e através da Câmara Federal precisam fazer com que haja a mudança do Marco Regulatório.

É um debate muito importante, do ponto de vista estratégico, do ponto de vista de cada Município e de cada Estado deste País. Vamos fazer a nossa parte aqui. Os partidos políticos, os dirigentes partidários, vão fazer esse debate, para que se crie a consciência da necessidade de alterar o Marco Regulatório e para que possamos usar logo, criando a independência e autossuficiência em relação ao petróleo.

Vamos passar a exportar o petróleo e queremos usar o recurso do petróleo para melhorar a vida do povo brasileiro.

Nada mais importante do que debater amplamente nos Estados, nos Entes Federados, e fazermos chegar a cada paranaense, com todos os Pares desta Casa, um grande debate para que, de fato, o petróleo brasileiro seja convertido em bem-estar para o povo brasileiro.

Gostaria de contar com a presença de todos os Pares desta Casa, em nome do meu partido, os demais partidos também estão ajudando a organizar esse evento.

É fundamental, além das entidades todas que estão envolvidas nesta importante reunião em defesa da PETROBRAS.

Teremos grandes missões pela frente, na medida em que tivermos que mudar o Marco Regulatório, que na minha visão, tem que ser mudado, porque hoje a PETROBRAS é do povo brasileiro, mas temos domínio de apenas 40% das ações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O assunto que me traz a esta tribuna hoje, é um assunto bastante tranquilo, que me deixa extremamente feliz e gratificado.

Como os senhores sabem, os Poderes no Brasil são independentes e harmônicos. Temos o Poder executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário.

O correspondente ao Poder Legislativo no âmbito do Município, o correspondente ao que é a Câmara Federal no âmbito nacional, e a Assembleia Legislativa no âmbito Estadual é a Câmara Municipal.

Durante a minha estada na Câmara Municipal de Curitiba, tive a honra de apresentar, por sugestão de uma Freira que trabalha voluntariamente no Hospital de Clínicas, a Irmã Glaci, uma proposição legislativa criando a linha de ônibus Inter-Hospitais.

Este ônibus está agora completando 12 anos de serviços prestados à comunidade de Curitiba e do interior. A linha de ônibus Inter-Hospitais foi implantada pela URBS há 12 anos. Foi inspirada na necessidade constada por essa Freira, Irmã Glaci, de que muitas pessoas vinham do interior do Estado, chegavam na rodoviária e não tinham sequer dinheiro para pegar um táxi e ir até o hospital.

Além de não ter dinheiro, também chegavam à Capital e não tinham conhecimento do endereço dos hospitais e das instituições de saúde.

Ela me procurou, através da Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas, nós fizemos uma proposição legislativa, na época em conjunto com o hoje também Deputado licenciado e Secretário de Governo do Município, Rui Hara. E aí nasceu a linha de ônibus Inter-Hospitais, que atende a população de Curitiba e do interior.

O trajeto da linha foi pensado para atender toda a população que desembarca na rodoviária, passando por hospitais e centros de saúde da Capital. Os conhecidos ônibus brancos circulam num raio de cinco quilômetros, rodando diariamente mais de 700 quilômetros em aproximadamente 36 viagens. O preço da passagem é o mesmo da Rede Integrada de Transportes de Curitiba, e o ponto de partida e a estação rodoviária.

Para atender pessoas que chegam de outras Cidades, a linha sai da rodoviária, passando pela Unimed do Alto da XV, a Clínica de Fraturas, o Hospital do Coração, Hospital Oswaldo Cruz, Hospital Cajuru, Hospital das Nações, Hospital de Clínicas, Unidade de Saúde Mãe Curitibana, Hospital Evangélico, Hospital Militar, Hospital Nossa Senhora das Graças, Hospital Pequeno Príncipe, diversos laboratórios e também outras clínicas da Cidade.

O Inter-Hospitais é um ônibus adaptado para pessoas portadoras de deficiência física e visual, contando com elevadores para os cadeirantes e sinalizadores auditivos para cegos.

Portanto, fica aqui o meu registro dos 12 anos da linha de ônibus Inter-Hospitais, que serão comemorados no próximo mês de agosto.

Meu agradecimento a toda equipe da URBS, que naquela época trabalhou para colocar em prática esta nossa proposição legislativa. E principalmente, meu agradecimento à Feira Irmã Glaci, que foi a pessoa que me procurou para levar a ideia de procurar um ônibus que atendesse às pessoas que vinham do interior e que precisavam se locomover de um hospital ao outro,

Hoje, a linha de ônibus Inter-Hospitais não atende somente às pessoas vindas do interior; atende pessoas também aqui da Capital: trabalhadores, enfermeiros, que pela manhã trabalham em um hospital e à tarde em outro.

Apenas para falar de um outro assunto, rapidamente, dois minutos serão suficientes, protocolei hoje pela manhã um ofício questionando a Secretaria Estadual da Administração sobre os motivos que levaram o Governo do Estado a não ter chamado, até agora, os 200 profissionais aprovados no concurso de Polícia Científica, realizado em 2007. O senhor sabe que hoje o método moderno de investigação policial é através da Polícia Científica, que faz exame de DNA, exames químicos, tem laboratórios. Este é o método moderno, nos Países mais desenvolvidos.

Aqui no Paraná, vemos a Polícia Civil, a Polícia Militar, fazendo um tremendo esforço para combater o crime, e vemos que a Polícia Científica, que é tão importante, tem 200 pessoas aprovadas para trabalhar, já concursadas, com todas as etapas do concurso já completas. E não se sabe porquê o Governo ainda não chamou estas 200 pessoas, que podem ajudar muito na elucidação dos mais variados tipos de crime.

Quero, aqui da tribuna desta Casa, que é a Casa do Povo do Paraná, chamar educadamente, construtivamente, a atenção das autoridades, alertar o Governo do Estado para que chame, o mais rápido possível, esses 200 profissionais aprovados no concurso da Polícia Científica do Paraná. Eles querem trabalhar.

Veio um grupo de jovens me procurar semana passada, e eles falaram: “Queremos trabalhar, estamos prontos para trabalhar na Polícia Científica, queremos ajudar a diminuir a criminalidade no nosso Estado, queremos aju-

dar os crimes mais graves que acontecem no Paraná, e o Governo não nos chama.”

Por que o Governo não chama esses 200 aprovados? Cabe uma explicação. O Governo tem que vir a público, explicar o porquê disso e agir rapidamente, chamando estes 200 concursados. Foi por isso que enviei, hoje pela manhã, um pedido de urgência à Secretária Maria Marta, que é a Secretária da Administração, pedindo a efetivação dos 200 aprovados no concurso da Polícia Científica e pedindo para abrirem concurso para mais 200, porque hoje, segundo cálculos da Associação Nacional de Polícia Científica, o déficit de policiais científicos no Paraná é de 400 pessoas, de 400 profissionais para realizar estes trabalhos de laboratórios.

Vemos muito em filmes, principalmente filmes americanos, como aquele *Lei e Ordem*, que é um filme famoso, você vê lá que a investigação do crime é feita cientificamente, passo a passo, com médicos, com psicólogos, engenheiros químicos, com biólogos.

E aqui Deputado Ademir Bier, o senhor que assumiu agora a Comissão de Segurança Pública, e tenho certeza de que vai fazer um bom trabalho, aqui precisamos seguir o exemplo daquilo que é bom. Não temos que copiar o que é ruim, mas o que é bom, o que é eficiente, o que comprovadamente dá resultado. Não vejo mal algum em seguirmos como exemplo.

Então, quero aqui louvar a Polícia Militar do Paraná, louvar a Polícia Civil, que trabalham, sendo que os policiais, mesmo não recebendo uma remuneração à altura do que merecem, mesmo recebendo um salário inferior ao que seria necessário, dedicam muitas vezes as suas vidas para combater o crime. Vemos muitos delegados bons e trabalhadores, e digo que tem muito mais delegado honesto do que desonesto na Polícia, e tem muito mais policial honesto do que desonesto. Vemos o esforço da própria Secretaria da Segurança do Estado para combater o crime, mas o Governo tem que dar condições para a Polícia, o Governo tem que liberar para a Secretaria da Segurança esses 200 profissionais que já estão aprovados desde 2007 no concurso para Polícia Científica.

Então, faço aqui um apelo ao Sr. Governador, educadamente, para que ele e a Secretária da Administração, com urgência, convoquem esses 200 aprovados, porque o Paraná clama por mais Segurança Pública. As grandes Cidades do Paraná não fogem da regra que hoje existe em todos os grandes centros urbanos do Brasil. A população está atemorizada com a presença do crime e a Polícia Científica é fundamental para prevenir crimes, elucidar crimes e fazer com que criminosos de alta periculosidade sejam levados à cadeia, que é o lugar onde eles devem estar, afastados do convívio social.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Mário Roque.

Deputado Mário Roque (PMDB)

O SR. MÁRIO ROQUE

Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, população de Paranaguá e principalmente do Litoral.

Temos conhecimento de que a Justiça autorizou o nosso Governo do Estado a usar o terminal de álcool do nosso porto público, e ficamos satisfeitos quando o Governo autorizou a realocação de várias famílias da Becker e do Canal do Anhaia. Mas, o que nos deixa um pouco perplexos é que quando o Governador dá uma ordem, por exemplo na área da Saúde, o trabalho não é bem feito, quando ele determina alguém para terminar o que ele inicia, não é bem feito, e na área de Segurança é a mesma coisa com relação à retirada da cadeia do centro de Paranaguá. Mas, com referência ao terminal, ele deixou como responsável o Presidente da COHAPAR, Rafael Greca, para levar aquele pessoal para o bairro Porto Seguro, um bairro que inclusive foi iniciado por mim, onde há escolas e onde já foram construídas 140 casas. E diz ainda que essas casas terão 40 m² e os lotes 10x20 e que seriam 343. Mas não são, porque são 396 casas na Becker e mais 42 casas no Canal do Anhaia.

O problema maior, fiz parte de uma comissão, juntamente com esse pessoal, como o Renato, o Vereador Edu, que mora nesse bairro, em que nós, nessa comissão, conseguimos fazer um cadastramento de todas as casas, as suas áreas, do que era comércio e do que era residência. Fala-se agora em levar esse pessoal para essa área de 40m² cada casa, e como é que ficam os supermercados, como é que ficam as farmácias? Como será indenizado o comércio em geral?

Diz que haverá uma indenização, e esse povo que irá receber as casas, cujas casas agora têm 80m², tem oito membros, como é que vão viver numa casa de 40m²?

Acho que deveríamos começar pelo começo mesmo, chamar o Greca, o Superintendente do porto, o Daniel, e ali se estudar de levar esse pessoal, com dignidade, para lá. Eu sei que o Governador está interessadíssimo, e é obrigado pela Justiça a tirar aquele pessoal, de junto do terminal de álcool, porque eles já estão lá há 80 anos, o terminal está lá há três anos apenas.

Então, esse pessoal tem que ser ajudado, é um pessoal pobre, aposentado, e tem que ser feito uma coisa digna, tratar esse povo com dignidade. Tem que ser feita uma reunião com todas essas pessoas, aqueles que têm supermercados, por exemplo podem ter a mesma área, e o que eles vão querer nas suas negociações, naqueles negócios que eles têm há 20 anos lá? Então é uma situação indefinida, que o Governo tem que realmente decidir.

Vou acompanhar, junto com essa comissão, para que realmente o Governo, através da COHAPAR, da Superintendência do porto, leve esse povo para lá. Já faz mais ou menos dois anos que estão para ir para outro local. Está aí o local agora, Porto Seguro, tem três escolas, uma escola municipal construída por mim, já tem 150

casas construídas por mim e pela COHAPAR, há uma escola técnica federal, que fui a Brasília e consegui, com a doação de 33 mil m2 construir essa escola, e a escola estadual, que quando eu participava da coordenação como Secretário Especial, acompanhei e recebi as chaves da empreiteira para entregar ao Sr. Governador para ele fazer a inauguração.

Então, é um bairro que eu conheço, é um bairro bom de se morar, o pessoal não se importa de ir para lá. Agora, precisa ver as condições para levar esse povo, casa de 40m2, quando quase todos têm casa de 60, 70 m2; e o comércio vai ser indenizado como? Não adianta chegar na televisão e dizer que o pessoal vai para lá, faz um mapinha com casinhas verdes e um lugarzinho que tem que ficar a mata, a preservação.

Eu só quero, para terminar, deixar a população da Becker e do Canal do Anhaia, aonde começou a cólera, ali tem que tirar aquele pessoal, são 40 casas apenas, são os primeiros a ter que sair dali.

Acho que o Governador, não deve só delegar poderes para o Daniel e para o Greca, senão não chegará ao fim. Foi assim com um hospital, muito bem construído, que não tem médicos, não tem plantão. A nossa Segurança, que tem veículos, a Prefeitura não dá gasolina, não conserta os veículos nas suas oficinas, mas a cadeia está ali no centro, com 250 presos, quando deveria ter apenas 20. Aliás, não deveria ter nenhum, porque ali não é lugar mais de cadeia. E o Governo também, já há muito tempo, está prometendo a retirada dessa cadeia, mas os seus assessores não tomaram providência.

Vamos ficar atentos a tudo isso.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, Deputado Chico Noroeste.

Antes porém, esta Presidência registra e agradece, em nome do Deputado Dobrandino da Silva, a visita do ilustre Prefeito de Céu Azul, Dr. José Teles. Seja muito bem-vindo a esta Casa, a Casa do Povo do Paraná.

Com a palavra, Deputado Chico Noroeste.

Deputado Chico Noroeste (PR)

O SR. CHICO NOROESTE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados

Hoje, dia 7, termina a segunda fase da eleição em que as Cataratas do Iguaçu estão participando a nível mundial, internacional. Como hoje se encerra, nós Deputados da Frente Parlamentar Pró-Eleição das Cataratas como uma das Sete Maravilhas da Natureza, do mundo, gostaríamos de fazer uma prestação de contas à Mesa e também aos Srs. e Sras. Deputadas. Este Deputado que vos fala, na condição de Presidente, o Deputado Pastor Edson Praczyk de Vice-Presidente, os Deputados: Dobrandino da Silva, Reni Pereira, Luciana Rafagnin, Rosane Ferreira, Luiz Carlos Martins, Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, Antonio Belinati e Luiz Nishimori, que-

remos aqui dizer aos Deputados o que foi possível fazer até o momento.

Até o momento enviamos:

(Lê):

“1 - Ofício para cada um dos 53 Deputados, solicitando a inclusão de banner e link do site Vote Cataratas, no site pessoal dos Deputados.

2 - Inclusão do banner e link da campanha no site da Assembleia Legislativa - www.alep.pr.gov.br.

3 - Liberação de todos os computadores da Assembleia e dos gabinetes dos Deputados para inclusão do banner e link da campanha, possibilitando a votação tanto pelos Deputados, assessores e servidores da Casa nas Cataratas do Iguaçu.

4 - Instalação do quiosque da Campanha Vote Cataratas no saguão da Assembleia.

5 - Gravação do programa Urbanidade, da TV SINAL, exibido na grade de programação da emissora.

6 - A TV SINAL também está veiculando os vídeos institucionais da campanha, de 30 segundos e de sete minutos, na sua grade de programação.

7 - Os Srs. Felipe Gonzalez e Gilmar Piolla, integrantes do Comitê Binacional Vote Cataratas, ocupam o Grande Expediente da Sessão de 16 de junho de 2009, e detalharam o andamento da campanha no Paraná e no Brasil.

8 - Confirmação com Jorge Pegoraro, diretor do Parque Nacional do Iguaçu, a mostra fotográfica das Cataratas do Iguaçu para os dias 10 e 20 de agosto com o saguão/galeria de exposição já reservados.

9 - Os Deputados receberam kit da campanha - cartazes, banners, flyers, adesivos e panfletos - para distribuição nas bases de atuação por todo Paraná.”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com esta prestação de contas queremos dizer a todos que cumprimos e estamos cumprindo com as atribuições que recebemos da Assembleia Legislativa.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

V. Exa. tem mais um minuto para concluir.

O SR. CHICO NOROESTE (PR)

Pediria mais cinco minutos do bloco, Sra. Presidente, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

V. Exa. tem mais 10 minutos.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PTB/PR

O SR. CHICO NOROESTE (PR)

Nós cumprimos e estamos cumprindo com as atribuições que nos foram delegadas.

Trabalhamos arduamente, com muita dedicação, com muita determinação, com afinco. E hoje, as Cataratas do Iguaçu se encontram na terceira posição no seu

grupo, um grupo de 60 candidatas, uma posição que podemos dizer privilegiada e que temos totais chances, reais chances de superarmos essa fase. Hoje as Cataratas do Iguaçu, no seu grupo, só perdem para o Lago Titicaca, que fica na divisa do Peru e da Bolívia, e para a Niagara Falls, que fica entre os Estados Unidos e o Canadá. Não perdemos para mais ninguém.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Apenas para informar a V. Exa. que no horário do bloco, onde faz parte o seu partido, está inscrito o Líder, que é o Deputado Jocelito Canto.

Concedo mais um minuto para que V. Exa. conclua.

O SR. CHICO NOROESTE (PR)

Então, perdemos apenas para duas candidatas. Portanto, temos reais chances de vencer, de superar essa fase e partirmos para a terceira e última fase. E tenho certeza que a eleição das cataratas vai colocar, não somente a Cidade de Foz do Iguaçu, mas também o Paraná e o Brasil, no roteiro de turistas do mundo inteiro, vai nos proporcionar mais visibilidade, mais notoriedade, mais visitantes, mais turistas para a Cidade de Foz do Iguaçu. E, sem nenhuma dúvida, nos trazendo turistas, esse segmento que é a principal atividade econômica do Município de Foz do Iguaçu, vai fortalecer, e certamente trará desenvolvimento, crescimento e emprego para a população de Foz do Iguaçu, da tríplice fronteira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito é o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Cida Borghetti, Deputado Elton, Deputado Jonas, colegas, paranaenses que acompanham as Sessões da Assembleia Legislativa através da TV MERCOSUL e também através da TV SINAL.

Andando pelos corredores da Assembleia Legislativa e conversando com os funcionários e funcionárias, tem sempre aquela interpretação muita justa dos funcionários: “E a nossa URV, quando é que vai ser paga?” Porque no Tribunal de Justiça já foi paga, no Tribunal de Contas, e nós que votamos tantas leis aqui para o Governador, para o Tribunal de Justiça, para o Ministério Público, de repente os nossos servidores, aqui, valorosos, são colocados num plano de segunda categoria? Isso está errado! Se os outros Poderes já pagaram esse direito aos seus servidores, por que a Assembleia Legislativa também não paga os nossos servidores, muitos deles aí enforcados com financeiras, com agiotas? Então, é um direito conquistado por lei e temos mais é que defender o imediato pagamento. E também temos os funcionários terceiri-

zados, que não são do quadro da Assembleia Legislativa e tem empresa que presta serviço aqui. Nós fazemos e fiscalizamos a lei e aqui dentro da Casa a lei não é cumprida. Vi o holerite dos terceirizados, que estão ganhando menos do que o salário-mínimo. Falta o fiel cumprimento da lei também por parte da empresa terceirizada, para pagar, no mínimo, o salário-mínimo que já não dá para quase nada. Vi o holerite de mulheres e homens terceirizados ganhando R\$ 380, R\$ 420 por mês.

Recebo da professora Sueli, que está ansiosa em relação ao projeto que prorroga a licença-maternidade de 120 para 180 dias. Fui o primeiro Parlamentar que trouxe essa matéria para esta Casa, em 2007. Depois, a Deputada Luciana Rafagnin trouxe projeto semelhante. O Governador Requião deu uma “chupada” na nossa ideia e também entrou com um projeto semelhante. É o que dizia o Abelardo Barbosa, o pernambucano de Recife, o Charinha: “Aqui, nada se cria. Tudo se copia.” Ainda bem que o Requião copiou uma ideia boa. A mulher servidora que puder ficar 180 dias ao lado do bebê, amamentar e dar carinho a ele, é muito bom. Até a semana que vem, professora Sueli, esse projeto estará sancionado.

Do José Barbosa, que fala sobre o problema do professor, que tem 20 horas por semana, e sobre as outras 20 horas. Vamos apresentar um projeto nesse sentido.

De um policial, fazendo duras críticas ao Governador Requião, ao lembrar que o soldo do militar, no Paraná, é inferior ao salário-mínimo, e assim ele não está cumprindo a própria Constituição.

Lembro que quando tomamos posse aqui, como Deputado, Prefeito, Governador ou Prefeito, estendemos a mão, juramos cumprir solenemente a Constituição. Aqui, no caso dos policiais militares, o Governo Requião não está cumprindo a Constituição, não está pagando o soldo mínimo, que deveria ser um salário mais compatível para os nossos valorosos policiais militares.

Recebo da Câmara Municipal de Londrina, da brilhante, dinâmica, humana, mulher de fé, Vereadora Sandra Graça, uma das mais extraordinárias mulheres da vida pública, que manda uma mensagem de apoio aos servidores, pedindo o nosso apoio àqueles que trabalham na EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Eles estão em negociação com o Governo, que está muito duro na negociação. É preciso que ele acolha a reivindicação salarial dos servidores da EMBRAPA.

Colegas, o Diretor do DETRAN do Paraná deu uma entrevista ao brilhante jornalista Azzolin, no Canal 21. Ele colocou uma coisa que já sabíamos, superficialmente, alguns inteiramente, sobre a isenção do IPI para veículos no Brasil, que é uma coisa boa, que ajuda a tirar a indústria automobilística da crise.

Não sei como muitos brasileiros vão fazer, quando compram carros em sete, oito, 10 anos. Quando tiver um pedaço de lata do veículo e estiver encostado na garagem, o coitado vai estar “camelando” para poder pagar para a financeira.

Não é isso que queremos discutir. O Diretor do DETRAN mostrou uma coisa preocupante. Só em termos de Paraná são colocados, a cada dia, das 9h da manhã às 5h da tarde, 400 novos veículos nas ruas e nas rodovias do Paraná. Você multiplica por 30 e então temos 12 mil veículos a cada 30 dias rodando nas nossas ruas, avenidas e rodovias.

Agora em a pergunta, é uma entrevista interessante no Canal 21, do Diretor do DETRAN, mas será que o Paraná, será que o Brasil tem estrada, tem rua, tem avenida preparada para esse grande fluxo de veículos? Tem nada! Aqui tem gente que sai da Assembleia Legislativa para ir para casa no final do dia e leva quase uma hora para chegar em casa! Tem gente que está se estressando no trânsito, outro está brigando.

Agora imagine, a cada dia, 400 novos veículos! Vai ter que ter mais policiamento, mais rua, mais avenida, duplicação de rodovias, construção de mais viadutos, mais avenida, duplicação de rodovias, construção de mais viadutos, mais ambulâncias, porque vai ter mais acidentes, vai ter mais atropelamentos, precisa de mais policiais para fiscalizar, ou às vezes até multar.

Então, em resumo, se é uma coisa boa a isenção do IPI para o veículo, por outro lado nossas autoridades, até onde estamos sentindo, não estão fazendo absolutamente nada para preparar, para receber esta nova grande carga de automóveis pelas nossas estradas do Paraná e do Brasil.

Então, é um alerta, que pegamos uma carona na entrevista do Diretor do DETRAN, na expectativa de que as autoridades acordem, se despertem para que faça um trabalho paralelo simultaneamente. Estão entrando novos veículos? Então vamos ver o que é preciso ser feito no sistema viário para evitar tanta morte, tanto atropelamento, tanta gente ferida e tanto congestionamento que, muitas vezes, leva o motorista até ao desespero.

E para terminar, Sra. Presidente, vamos falar amanhã, o Presidente Lula visitou o Papa - nosso respeito à Igreja Católica - e o Presidente Lula trouxe, está sendo discutido no Congresso Nacional, para instituir a Igreja Católica, uma reafirmação, como a igreja Oficial do Brasil. Aí não vai pagar inclusive água, luz, IPTU, não vai pagar imposto, não vai pagar nada. Não temos nada contra a Igreja Católica, o nosso respeito. Agora, a Constituição defende o livre culto. Aí vem o questionamento: e as demais Igrejas? Tem até um Arcebispo no Brasil que reconheceu que esse assunto de colocar a Igreja Católica oficialmente como a Igreja Oficial do Brasil, teria que ser mais bem debatido com a sociedade, com as lideranças, com as diversas religiões.

Então, Sra. Presidente, o assunto é extremamente delicado, e ainda mais, quando o texto que está sendo discutido no Congresso diz que a qualquer momento a lei poderá ser modificada, não mais...

(término do tempo)

...diz o que está sendo discutido no Congresso Nacional, que essa lei de transformar a Igreja Católica

como a igreja Oficial do Brasil, poderá ser modificada, adaptada, o que quiser, bastando apenas um acordo do Governo com a CNBB.

Então, eu pergunto: será que é justo isso? Será que não é um desrespeito com as demais Igrejas? Porque vem a parte tributária, vem a parte do ensino religioso, é um questionamento que estamos fazendo, em respeito a Igreja Católica, mas também em respeito às demais Igrejas que operam, que funcionam em nosso País e que não podem ser marginalizadas nesse acordo Brasil/Vaticano. Não pode ser feito um acordo Brasil/Vaticano, como o Presidente Lula acertou com o Papa, sem discutir amplamente o assunto com toda a sociedade brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Último orador inscrito, ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Tivemos no dia de hoje mais uma reunião da CCJ. Acho importante a CCJ ter, através do Deputado Artagão, concordado com um projeto que apresentamos aqui no ano de 2007, que institui a política de economia solidária no Estado do Paraná. A CCJ, obviamente, atendendo também a recomendação da sua assessoria prévia, como da própria assessoria do Deputado Artagão, entendeu que esse projeto que regulamenta a economia solidária tem a prerrogativa do Governo do Estado, por uma série de colocações colocadas, inclusive porque o Deputado solicitou que fizéssemos algumas alterações no projeto. Não era possível, e de comum acordo esse projeto foi transformado numa indicação para o Governador do Estado do Paraná.

Por que estou usando a tribuna para fazer essa comunicação? Porque entendemos que a partir de agora há instrumentos reais, objetivos, instrumentos que possibilitam, através do Fórum da Economia Solidária, que o Governador, de fato, faça com que tenhamos a economia solidária no Estado do Paraná, assim como já temos em Santa Catarina, em Minas Gerais, no Espírito Santo, em Pernambuco. Uma economia solidária que é um ramo, na verdade, extremamente ativo, pertinente, da economia formal, mas faz com que tenhamos um complemento daquilo que acompanhamos aqui na sexta-feira. Alguns Deputados, Elton Welter, Pedro Ivo, acompanharam na sexta-feira, não só o pronunciamento do Ministro da Previdência, José Pimentel, como também no que diz respeito às novas formas de aposentadoria, como também o que o Ministro colocou a respeito do empreendedor, daquela pessoa que na sua casa terá, através do CNPJ nacional, condições de se transformar em um empreendedor. Aquela pessoa que hoje faz doces, que tem uma atividade pequena e que até agora não pôde estar regulamentada, terá a partir de agora condições de ver a sua atividade regulamentada.

Então, acho que é uma feliz coincidência termos, no dia de hoje, na CCJ, aprovado o projeto, justamente como indicação, mas aprovadas condições para que o Governador do Estado receba esse projeto, que já havia sido apresentado anteriormente, inclusive por um Deputado do Partido dos Trabalhadores quando foi aqui Deputado, o Hermes Fonseca. Posteriormente ao não ser reeleito, o Fórum nos procurou, nós reapresentamos esse projeto, procuraram inclusive o Líder do Governo também para que encaminhasse.

Então, estamos num momento extremamente favorável, Deputado Cheida, de uma confluência de interesses positivos. Me dá bastante tranquilidade saber que o Governador estará recebendo, nos próximos dias, o projeto que é feito, não por este Deputado, mas pelo Fórum que envolve algumas entidades, como a FETEC, que é a Federação dos Trabalhadores de Empresa de Crédito, um funcionário do BAMERINDUS, que hoje está à disposição da Secretaria do trabalho, assim como o Sérgio Ataíde, companheiro de longa data também. Tem o CEFURIA, CUT, CARITAS, diversas entidades. Mas, tem também outras entidades que não estão formalmente colocadas, mas que fazem, parte desse fórum, como é a Cooperativa das Mulheres, que fazem as panificadoras da Região Metropolitana e as panificadoras nos bairros da Região Sul de Curitiba. São mais de 28 panificadoras, hoje, só em Curitiba. Se pegarmos todos aqueles que estão na economia solidária, hoje, no Estado do Paraná, são milhares de pessoas.

Tivemos uma grande feira recentemente no Rio Grande do Sul, tivemos o terceiro encontro no Paraná. Então, hoje quando aprovamos a indicação desse projeto para o Governador do Estado, demos um passo definitivo para que o Governador, provavelmente já nos próximos meses, espero que isso aconteça nos próximos meses, tenha através do Fórum um instrumento para consulta.

O Fórum propõe que todo o sistema participe também dessa consulta feita ao Governador do Estado e tenha a consciência, a clareza que a economia solidária não é uma economia para pobres, como inclusive algumas vezes foi dito, não é uma economia apenas para os segmentos que são, de certa forma, marginalizados na grande economia; a economia solidária é, na realidade, a grande economia. É a economia que emprega, em outros Países, até 70% da mão de obra, é a economia que emprega, em nosso País, milhares de pessoas que têm, às vezes, até um carrinho de pipoca, que têm uma única máquina de costura, que têm uma única máquina de fazer pão, mas que através do marco da economia solidária, que é o que nós queremos, que é o que nós colocamos no nosso projeto, de um marco, Sra. Presidente, marco legal, poderão essas pessoas, a partir de agora lá em Maringá, V. Exa. que é de Maringá e representa, com outros Deputados, a região de Maringá, poderão através dessa regulamentação emitir notas fiscais, participar inclusive com outros que disputam uma ocorrência de uma Prefeitura de uma determinada Cidade, e isso hoje não pode ser feito.

Então, acredito que o Governador Requião, ao receber tanto o Fórum como a indicação desse projeto que é da Assembleia Legislativa, se tiver esse entendimento, e eu espero que tenha esse entendimento, porque é aí que nós queremos gerar renda e trabalho, daremos um passo para modernizar essas relações e tirar da informalidade dezenas de milhares de pessoas.

Então, mais uma vez, obrigada Sra. Presidente, e agradecer ao Deputado Artagão, que deu o parecer para a indicação, e que finalmente poderemos tirar este projeto depois de três anos, aqui da Assembleia Legislativa, e encaminhá-lo ao Palácio das Araucárias e esperar que o Governador Requião, nas próximas semanas, possa fazer com que tenhamos um projeto, aí sim do Executivo, para ser votado nesta Casa e definitivamente termos a economia solidária como uma economia que faz renda, traz renda e traz também desenvolvimento para o Paraná.

Obrigado.

Grande Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

No Grande Expediente, o primeiro orador inscrito, Deputado Plauto Miró Guimarães.

(Declina)

Segundo orador inscrito, Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Deputada Cida, nossa Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, queria manifestar a minha alegria, como Líder da Bancada do PT e como brasileiro, por que não, pelo fato do Presidente Lula receber um grande prêmio internacional hoje, na França, às 14h30, portanto já recebeu, está ao lado do Presidente da França. O Presidente Lula recebe o prêmio Félix Houphouët-Boigny, pela busca da paz em solenidade promovida pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO. Nosso Presidente foi escolhido para receber esse prêmio por suas ações em favor da paz, da erradicação da pobreza e da proteção dos direitos das minorias. É importante destacar que este prêmio é quase tão importante quanto o Prêmio Nobel da Paz. Especialistas dizem que é o prêmio mais importante logo depois do Prêmio Nobel da Paz.

(Lê):

A representativa do Félix Houphouët-Boigny:

Depois do Nobel, o Prêmio pela Paz Félix Houphouët-Boigny é a laurea mais importante dedicada aos que promovem a paz no mundo, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e a Constituição da UNESCO.

Criado em 1989, o prêmio já foi entregue a figuras como os ex-Presidentes Nelson Mandela (África do Sul), Shimon Peres (Israel) e Jimmy Carter (EUA), ao 1º

Ministro de Israel, Yitzhak Rabin, e ao Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat - todas personalidades também contempladas com o Prêmio Nobel da Paz.

O contemplado do ano passado com esse prêmio foi o ex-Presidente finlandês Martti Ahtisaari também ganhador do Nobel da Paz/2008.

A premiação é mais um reconhecimento do papel político e histórico cumprido pelo Presidente Lula e que sua ação já se faz notar além das fronteiras do nosso País. Mas, não ainda para a mídia brasileira. Como eu disse no começo dessa nota, até hoje, a maioria dos jornais ignorou o anúncio da UNESCO.

Portanto, queremos saudar... a imprensa brasileira deu muito pouco valor pouca atenção a esse prêmio que enaltece o Brasil a nível internacional, às ações do Governo Federal e à vida do Presidente Lula. É interessante que esse prêmio destaque a questão da proteção dos direitos das minorias. Esse é um tema muito caro à história do nosso partido, é um tema que vem sendo muito trabalhado no Governo Federal, nas mais várias instâncias.

O Deputado Tadeu falava, há pouco, da economia solidária e da questão do microempreendedor individual, que foi lançado na semana passada. Tivemos aqui uma audiência promovida pela Deputada Luciana Rafagnin, com o Ministro José Pimentel. Eu particularmente acompanhei o Ministro na inauguração de uma agência do INSS no Município de Castro, e é um grande acontecimento, um acontecimento que mexe com milhões e milhões de brasileiros. A criação do microempreendedor individual, qualquer trabalhador que está na informalidade hoje, se ele pagar R\$ 50 por mês vai ter direito a um CNPJ, a um endereço como microempreendedor individual, que pode ser a sua própria casa, vai ter direito a emitir nota fiscal, a contratar um empregado pagando 11% do salário com leis sociais, estando plenamente legalizado e formalizado. Isso é, na verdade, uma revolução para um país que tem uma porcentagem enorme da sua força de trabalho na economia informal. Além disso, o microempreendedor individual terá direito a crédito no Banco do Brasil iniciando com crédito de R\$ 1 mil.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Apenas para parabenizá-lo pela exposição, e fazer um comentário de como é interessante, como é bom vermos um Governo cumprindo compromissos que foram assumidos há 20, 30 anos atrás e que estão sendo honrados quando é possível honrar.

O Governo Lula tem tido algumas falhas, algumas lacunas, mas é inegável que tem promovido, talvez, a maior distribuição de renda da história deste País. E não é ao acaso que o nosso País tenha tido com isso uma certa imunidade contra a crise que assola os outros Países hoje, não que o Brasil esteja imune, mas a crise também foi arrefecida pelo fato de que temos uma procura maior por postos de trabalho, fruto naturalmente do que V. Exa. está dizendo, que é o resgate da cidadania em termos salariais,

em termos de rendimentos, o que é muito interessante E lembro-me que esses eram compromissos assumidos no final da década de 70, começo da década de 80, e estamos falando de política, quando muitos criticam tanto a falta de memória, seja da população, dos próprios políticos, aí está uma constatação matemática, talvez, que a economia não deixa mentir, desta que é uma verdade incontestável.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Obrigado.

No momento da história do Brasil em que tantas denúncias acontecem, de corrupção, acho que isso também faz parte da maturidade do Brasil da transparência e da democracia que se aprofunda, em que não se pode mais esconder embaixo do tapete as coisas escusas que acontecem no País, é um processo de avanço social. Mas as vezes desmerece na ânsia do denunciismo que dá mais audiência aos canais de TV e de rádio, das transformações profundas que estão acontecendo no País, de Norte a Sul.

Eu sinto esse fato do microempreendedor individual, que o Deputado Tadeu se referiu, que tem uma ligação muito forte com a economia solidária. Aliás, a economia solidária, o Governo Federal também criou inclusive uma espécie de Ministério para a economia solidária, que é o Paul Singer, um grande economista, tem toda uma história voltada à erradicação da pobreza e à construção de modelo de desenvolvimento com mais justiça mais equilibrado e mais distribuição de renda.

Mas começo meu discurso citando esse prêmio, a questão das minorias do Governo Federal, porque essa semana haverá um grande acontecimento no Paraná, no sábado e no domingo, a 3ª Conferência da Aquicultura e da Pesca. Estará presente mais uma vez neste mandato, já esteve presente no passado o Ministro Gregolin.

Agora o Ministério, porque a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca foi transformada por lei em Ministério da Pesca e da Aquicultura. É uma novidade no Brasil. Este País de dimensões continentais e que produz muito menos pescado do que o Chile e do que o Peru, que são Países muito menores e têm uma costa muito menor do que a nossa. O Brasil está muito atrasado. O Presidente tem avançado muito também nessa questão. Vai acontecer no Paraná, no Canal da Música, no sábado e domingo, repito, com a presença do Ministro. Essa Conferência vai trazer milhares de pessoas a Curitiba, que estão se organizando em seus Municípios.

Eu que sou um político e Deputado de uma raiz muito profunda nos Campos Gerais do Paraná, sou filho de Ponta Grossa, lá fui Vereador e Prefeito, neste mandato passei a me dedicar também às questões do Litoral, através de um amigo da minha infância que hoje mora em Guaratuba, Presidente do PT.

Primeiro iniciei um contato com os pescadores artesanais de Guaratuba e, depois, avancei nesse contato praticamente à todas as colônias de pescadores no Litoral do paranaense. Tenho dedicado uma parte importante do

meu mandato pela luta dos pescadores artesanais, também trabalhadores que foram, durante muito tempo, abandonados e esquecidos.

Fiz um discurso até colocando esse fato que me entristeceu muito, numa reunião que tivemos no IAP, um técnico - não vou dizer quem - indiretamente propunha na audiência que desaparecessem os pescadores artesanais. Ele dizia, de forma indireta, é claro: "Seria melhor para um pescador artesanal trabalhar como guia turístico da pesca esportiva." Chegou a dizer isso. Uma visão de modernidade que nós conhecemos bem. A chamada modernização autoritária conservadora, que excluiu milhões e milhões de homens e mulheres com direito à cidadania no Brasil. Excluiu da terra, colocou na marginalidade. Esses pescadores estão se organizando.

O Presidente Lula quando esteve em Santa Catarina agora, lançando o Ministério da Aquicultura e da Pesca, falou sobre a nova Lei da Pesca. Os pescadores artesanais, juntamente com os quilombolas, com os cipozeiros, com os faxinalenses e várias categorias de trabalhadores, passam a ter os mesmos direitos dos trabalhadores rurais.

Todos sabemos, uma das grandes conquistas sociais do Brasil foi a aposentadoria para os agricultores, que nunca pagaram o INSS, não pagaram o FUNRURAL, mas trabalharam. Se comprovar que trabalhou como agricultor, tem direito à aposentadoria.

Pois bem, esse direito passou a ser estendido para todos os agricultores familiares, quilombolas, cipozeiros e várias categorias profissionais. É uma nova conquista de grande importância, como a questão que me referi há pouco do microempreendedor individual, essa conquista para os pescadores. E as mulheres dos pescadores, que fazem trabalhos complementares à pesca, também terão direito à aposentadoria e todos os direitos sociais que tem a mulher do agricultor na agricultura familiar. Isso também deve ser saudado nessa conferência que vai acontecer no sábado e domingo.

Nesses dois anos e meio de mandato, gostaria de dizer que muitas conquistas contribuimos com outros companheiros, com lideranças sociais, políticas, com pescadores, para conquistar para os pescadores artesanais.

Vou citar alguns exemplos: quando fui a Guaratuba fazer o trabalho com os pescadores, eles não podiam pescar tainha, na baía de Guaratuba, nos meses de junho e julho, era proibido. Havia uma revolta generalizada entre os pescadores e eles não sabiam o porquê que era proibido a pesca da tainha. Mas alguns começaram a achar que alguns moradores da baía de Guaratuba, com suas grandes mansões, não queriam que os pescadores estivessem com suas canoas na baía. Digamos assim, por uma questão de ideologia, eles achavam que aquilo deixava feia a baía, onde tinham as suas mansões. Havia um conflito de classe no sentido mais chocante de preconceito contra os pobres. Muitos pescadores diziam isso.

Nós nos mobilizamos, depois entramos em contato com a colônia de Guaratuba inicialmente, fomos até o Rasca e até o Vitor Hugo Burko. Percebemos que não havia motivo para impedir essa pesca. Simplesmente a pesca era impedida, sem que ninguém soubesse o porquê. Não havia nenhum motivo aparente. Alguma coisa enrustida, dissimulada.

Mas, felizmente, temos um Governo que tem uma vinculação com as maiorias sociais e tanto o Vitor Hugo Burko, como os Secretário do Meio Ambiente, concordamos e foi revogada a portaria. Foi feito um novo decreto. A pesca da tainha foi liberada no primeiro ano do mandato, depois no segundo e agora há uma portaria geral que está liberada a pesca da tainha. Então, está totalmente liberada.

Depois disto, descobrimos que havia uma ação do Governo do Paraná, assim como Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina, ofereceu subsídio do óleo diesel aos pescadores artesanais, mas não funcionava no Estado. Não se sabia porquê. Havia uma legislação aprovada no Estado do Paraná, mas esse subsídio não estava funcionando. E é um subsídio muito importante, porque é 25% do Governo Federal e o ICMS do Estado, que chega a quase 40% de subsídio. No Governo do Estado, este ICMS simplesmente não é cobrado para o pescador. E o subsídio do Governo Federal, o pescador pega a nota, comprou o óleo diesel, ele se cadastra na SEAP - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, a nota é remetida para o Governo Federal, que devolve em dinheiro para ele, 25% da nota.

Fui conversar com o Governador Roberto Requião numa audiência, e ele me remeteu ao Secretário das Finanças. Tivemos uma reunião na Secretaria das Finanças e conseguimos, também, que o subsídio fosse agilizado. Hoje, das colônias de pescadores do Paraná, apenas a de Guaratuba e a de Matinhos não estão legalizadas no Tribunal de Contas, não se cadastraram ainda. Todas as outras, Antonina, Guaraqueçaba, Pontal do Paraná, Paranaguá, já se cadastraram. E agora a SEAP está cadastrando os pescadores. Elas estão legalizadas, fizeram parceria com a SEAP, agora estão cadastrando seus pescadores. Antonina já cadastrou, Guaraqueçaba está cadastrando, e esses pescadores passarão a receber, desde que o Governo implante, através da iniciativa privada, as empresas que vão vender o óleo diesel. Em Guaraqueçaba - que está avançada - e Antonina, a SEAP já está vendo lugar para colocar as bombas de óleo diesel para que os pescadores possam ter direito a esse subsídio. É uma outra conquista que esta luta social acabou conquistando para a pesca artesanal do Paraná.

Mais que isto: recentemente, eu já me referi a este assunto, a SEMA promulgou uma portaria, uma resolução, que praticamente tornava impossível a pesca para os pescadores artesanais. Inclusive li esta portaria aqui, e mostrarei o conteúdo ideológico, porque na portaria se considera tudo, menos o interesse do pescador artesanal. Ela considera a necessidade de garantir a conservação

ambiental, correto; a necessidade de promover o desenvolvimento do turismo de pesca, correto; e a biologia produtiva do robalo. Mas, em nenhum momento cita o pescador artesanal, que tem uma necessidade de sobrevivência e precisa preservar o meio ambiente, porque se o meio ambiente não for preservado, o primeiro que vai sofrer é aquele que necessita do meio ambiente, que é o pescador artesanal, e as categorias tradicionais do Paraná.

Felizmente, depois de uma longa audiência que tivemos há questão de dois meses, com a presença do Secretário do Meio Ambiente, o Presidente do IAP, eles se comprometeram a mudar esta resolução, e efetivamente fizeram isso. Hoje, os pescadores artesanais de todo o Paraná comemoram esta decisão do Governo do Estado, que liberou, basicamente, a pesca para os pescadores artesanais. Porque a portaria anterior estabelecia, praticamente inviabilizava a pesca, estabelecia uma distância de 100 metros. Era proibida a pesca profissional e o uso de redes nas proximidades de ilhas no interior de baías e da costa paranaense, com distância mínima de 100 metros. Isto mudou. Nós provamos que não tinha sentido para a pesca artesanal, pelo tipo de pesca que é feita, em pequena escala, para sobrevivência de famílias.

O Secretário do Meio Ambiente e o Presidente do IAP entenderam a posição dos pescadores e promulgaram uma outra portaria, de 30/03/09, estabelecendo que esta proibição não vale mais para as baías de Guaratuba, Paranaguá, Guaraqueçaba, Antonina Laranjeiras, e as ilhas localizadas no interior dessas baías, que era proposta dos pescadores. E eles comemoram em todo o Paraná, hoje, a liberação da pesca artesanal, graças à compreensão e à luta que fizeram e à compreensão do Governo do Estado.

Por último, tínhamos a questão da baía de Guaratuba, porque apesar da pesca da tainha ser liberada, nos outros meses do ano a pesca era proibida. Traçava-se uma linha imaginária na portaria de Guaratuba, que praticamente impedia, até por preconceito e sem motivo concreto, a pesca em Guaratuba. E no dia 19/06/09, há menos de um mês, a Portaria nº 086, reivindicação nossa, vai liberar totalmente a pesca na baía de Guaratuba, acatando inclusive uma decisão dos próprios pescadores artesanais. Eles mesmos colocaram que entendiam que nos meses de temporada não deviam pescar na baía, porque a pesca esportiva é muito intensa. Os próprios pescadores artesanais pediam que fosse liberada a pesca nos demais meses do ano, sendo que afirmavam que não precisavam pescar na temporada e nem nos finais de semana e feriados, porque entendem que o pescador esportivo precisa ter um espaço privilegiado e assim beneficiar o turismo. E essa posição deles foi acatada pelo Governo do Estado e estão comemorando hoje, também, a liberação da pesca na baía de Guaratuba. São coisas que merecem destaque nesta Casa de Leis.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Eduardo Cheida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Desculpe-me por apartear-lo mais uma vez. Apenas para sugerir a V. Exa., já que está estudando e se dedicando a essa matéria da pesca artesanal na baía de Guaratuba, para que proponha juntamente a proibição da pesca de arrasto na própria baía.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Ela já está proibida. Isso não mudou. A pesca de arrasto continua proibida.

Além disso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é importante comemorar e o Presidente Lula falou também em Santa Catarina, recentemente, que existe um crédito rural para os pescadores, que está liberado. São R\$ 25 bilhões de crédito no chamado PRONAF Mais Alimentos, para os agricultores, e hoje os pescadores artesanais passam a ter direito a esse crédito, e cada um, individualmente, pode financiar até R\$ 100 mil. Isso é uma coisa muito importante! Pode parecer uma coisa simples, mas não é. Isso nunca aconteceu em nosso País, um pescador artesanal ter um direito de crédito subsidiado em até R\$ 100 mil para reformar a sua embarcação, ou comprar uma nova embarcação, ou comprar as coisas de que necessita para o seu trabalho, sendo que tem 10 anos para pagar, com três anos de carência e depois, no final dos três anos, tem mais sete anos com juros de 2% ao ano. Isso deve ser saudado como uma novidade no Brasil, um apoio fundamental para uma categoria muito sofrida que é a dos pescadores artesanais, não só do Paraná, mas de todo o País.

Mais do que isso, o Governo estabeleceu as chamadas águas públicas. Ao invés de reforma agrária, agora teremos uma reforma nas águas públicas. Então, nós temos milhões de hectares de águas públicas localizadas em reservatórios das nossas represas, que não eram utilizadas por pescadores. O Governo faz uma espécie de reforma, faz licitação e oferece às famílias de pescadores que produzam em tanques-redes de 6m³ a 9m³, para que eles façam a produção de peixe sem, praticamente, pagar nada ao Governo Federal. É uma espécie de reforma.

Pegamos como exemplo a Bacia do Paranapanema, onde foram construídas oito hidrelétricas, com o intuito de aumentar a produção de energia e como consequência essas hidrelétricas inundaram milhares de hectares de terras produtivas, onde a principal atividade era a agropecuária. Foi uma perda da produção agropecuária, causando grandes prejuízos econômicos e aumento do êxodo rural.

Então vejam, em um hectare das águas públicas dessas represas é possível a colocação de 200 tanques-rede de 4m² de superfície, sendo que isso resulta em uma instalação de 336 mil tanques-rede. Supondo uma produtividade média de 240 quilos em 1m³ ao ano, e utilizando tanques-rede de 6m³, teremos uma produção anual de 484 mil toneladas de peixes só nesses tanques públicos. Quer dizer, isso é uma revolução na economia e na questão social para o Brasil, que deve ser elogiada por todos nós.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Deputado Péricles, ouço com atenção o seu pronunciamento, a preocupação e o trabalho que o senhor vem desenvolvendo a favor da piscicultura. Eu próprio sou testemunha de quando representantes do Ministério da Pesca, em Ponta Grossa, estiveram em reunião com piscicultores do nosso Município, entre eles o Márcio Degra, um grande piscicultor, e ele trazia à tona uma preocupação. Dizia ele: “Olha, eu produzo toneladas de peixes, toneladas de tilápia, e não consigo vender esses peixes”. Eu acredito que não é só produzir, que não deixa de ser de suma importância, mas também o incentivo à comercialização dos peixes, para poder dar renda à atividade da piscicultura.

Então, é um dos problemas, e o senhor que está se aprofundando nesse tema, tenho certeza que tem trabalhado nesse sentido para fazer com que o próprio Governo Federal, o Ministério da área possa, numa linha de ação, incentivar a comercialização dos peixes, porque é o grande problema, hoje, do segmento da pesca.

Obrigado, Deputado.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Obrigado. É muito importante seu aparte Deputado Plauto.

Eu me lembrei agora de uma frase de Karl Marx, que foi um teórico capitalista, que diz o seguinte: “No sistema capitalista não é o consumo que determina a produção, mas é o contrário, é a produção que determina o consumo”. É importante fazer essa referência teórica, e que é assim mesmo o nosso sistema. Então aí os automóveis para dizer, foi destruído todo o sistema de transporte ferroviário do Brasil pela produção automobilística. Mas eu concordo, principalmente nesse setor informalizado ainda, o senhor tem toda a razão, e o Governo Federal está desenvolvendo linhas de crédito inclusive para os empresários que compram o peixe. Isso é muito importante.

O Presidente Lula destacou no seu discurso, em Santa Catarina, que o empresário que vai comprar do pescador artesanal, ou industrial, ele terá uma nova linha de crédito, além de todos os incentivos, a merenda escolar, vai ter uma legislação que incentive a colocação do peixe, e assim por diante. A sua preocupação é correta, e o Governo está pensando muito nesse sentido, Deputado Plauto.

Para concluir, queria fazer referência a um promotor de Justiça, que conheci em Paranaguá, uma figura preciosa, figura humana muito interessante, é o Dr. Alessandro José Fernandes de Oliveira. Ele fez uma análise da situação dos pescadores artesanais e acabou de baixar uma recomendação proibindo os órgãos repressores de autuar em flagrante delito e prender pescadores artesanais. Uma decisão revolucionária e sábia, todo um

arrazoado de quem conhece a realidade da pesca, porque, Deputado Elton, muitos desses pescadores, a Força Verde chegava e prendia, eles prendiam tudo o que tinham, multavam em R\$ 3 mil - nunca poderão pagar essas multas - perdiam suas redes e não conseguiam recuperá-las, e depois o promotor ia julgar e via que não cabia prisão. Então, ele inverteu a lógica, ao invés do policial prender o pescador ele autua, mas não prende; ele vai procurar o Procurador e decidirá se o delito que o pescador cometeu merece uma prisão ou não.

Tenho em minha mãos a Recomendação nº 03/09 desse Procurador, Dr. Alessandro, e essa questão deve ser saudosa, e na esteira dessa recomendação estou fazendo uma solicitação e estudando juridicamente a possibilidade de apresentar um projeto de lei anistiando os pescadores artesanais do Paraná das multas que receberam nos últimos anos, que não podem pagar, e que prejudica seriamente a sua existência.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PTB/PR. Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Com satisfação, registramos a presença do Prefeito de Cruzeiro do Sul, Ailton Busso. Sejam bem-vindo, Prefeito, a nossa Casa.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Mais um capítulo da história da quadrilha que roubou o BANESTADO. Alguns segmentos da imprensa estão dizendo que é matéria requentada. Deve ser requentada porque devem ter ganhado um nome de dinheiro, bastante dinheiro.

O Deputado Neivo me chamou a atenção outro dia, ele me mostrou que no livro, capítulo 15, está lá quando receberam as agências de publicidade. Esse meu discurso é sempre em homenagem ao nosso valoroso Ministério Público do Paraná, a esses homens que são os guardiões do dinheiro do Estado, mas eles não têm culpa de uma quadrilha ter assaltado os cofres do Estado. Eles devem estar fazendo a sua parte, como fazem com os ex-Prefeitos, os ex-Vereadores, cobrando lá qualquer convênio que não é cumprido, estão cassando os mandatos, exigindo dos Srs. Prefeitos a devolução. Assim deve ser com essa quadrilha que roubou o Paraná, e que vamos pagar, até 2029, 65 milhões por mês. Os senhores que estão assistindo em casa, não é por ano, é por mês, corrigido.

Nesse capítulo 15, como fazer dinheiro com publicidade, aquela situação criada pelo PT e Marcos Valério, o mensalão, aquilo já existia aqui no Paraná, sob o comando de uma quadrilha. Essa quadrilha roubou o BANESTADO, deu um prejuízo para o BANESTADO. Só de publicidade o BANESTADO foi o banco que mais gastou no mês de julho de 1998. O que tinha nesse mês? Claro, a reeleição. De quem? De quem baixou o pedágio e depois que passou a eleição subiu o pedágio de novo. Em junho de 1998 a quadrilha gastou 7 milhões, véspera de eleição. Enquanto que o BANESPA, o maior banco dos bancos do Brasil, gastou dois e pouco; o BANRISUL gastou um e pouquinho; o Banco da Bahia gastou 239 mil, e do Amazonas 45; o UNIBANCO gastou 2 milhões 874 mil. E assim foi. As agências que mais ganharam dinheiro, e algumas sem licitação.

E muitas rádios ganharam grana. Muita rádio cresceu graças a essas agências. Inclusive tem uma dessas agências que está cobrindo a PETROBRAS. Parece que uma dessas está nas tetas da PETROBRAS, do PT. Tem que cuidar, que essa que não tinha licitação está no Governo Federal. Estão roubando lá também. Aqui roubaram. Mas ainda desejo ver o Ministério Público fazer as ações. Tinha até um parente do ex-Governador dono de uma agência. Ninguém viu nada. Parente do Governador dá para receber a mais, sem licitação, é pouquinho. Eles não roubavam. Eles roubavam coisa pequena.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PSDB, PDT.

(Declinam)

PMDB: com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Eduardo Cheida

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, nobres Pares.

Ontem o Paraná começou a retirar uma quantidade inimaginável de veneno, de agrotóxicos, na Cidade de Maringá. De lá, estão sendo retirados, entre agrotóxicos e terra, cerca de 20 toneladas ou 20 mil quilos. Quatro mil deles, quatro toneladas, de BHC, e mais quase 16 toneladas de terra. Isso porque há 20 anos, quando foi proibido o BHC, a FUNASA enterrou embaixo do seu prédio, usava o BHC para matar o mosquito da malária da febre amarela, da leishmaniose e outros tipos de doenças tropicais. E agora esse agrotóxico, fruto de uma lei aprovada aqui na Assembleia Legislativa, a Lei nº 16082, que dá um prazo para que haja a denúncia para a retirada do agrotóxico, essa lei foi sancionada agora em abril pelo Governador, é uma lei de minha autoria e da Deputada Rosane Ferreira. Mas, o que me chamou mais a atenção não foi o fato de estarmos começando a retirar o veneno do Paraná. A Secretaria da Agricultura estima que sejam

aproximadamente 3 milhões de quilos, de lugar incerto e não sabido. E mais uma digo que o Governador não sabe onde está, e quem sabe estava com medo de dizer, e hoje vai começar a dizer, porque a lei faculta qualquer cidadão dizer onde está o veneno: se está na sua propriedade ou de outrem. E o Estado se obriga, com a iniciativa privada, a ir buscá-lo. A ideia é sanear o Paraná algum dia do restante dos agrotóxicos que são proibidos.

Mas Maringá, onde está sendo recolhido esse veneno, por uma dessas coincidências do destino, é exatamente a Cidade onde uma criança, no ano passado, acometida de uma intoxicação por BHC, foi internada na UTI e praticamente ficou à beira da morte durante vários dias. O pai dizia que colocava o BHC na horta, em algumas plantas, para evitar o veneno.

E fui dar uma olhada no que diz a ANVISA com relação aos resíduos de agrotóxicos nas crianças e, passem os senhores, a resolução da ANVISA que trata dessa questão, e que diz qual é a quantidade de veneno que um cidadão, um ser humano pode suportar, faz toda a sua comparação, os seus estudos, fundamentados em um homem, ou seja, em um ser humano do sexo masculino, e de 60 anos de idade. Não há uma palavra sequer a respeito das mulheres e não há uma palavra sequer, muito menos, a respeito das crianças. De modo que posso constatar que, até certa maneira, não só surpreso, mas escandalizado com esse projeto, que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para o Brasil que é o maior consumidor de veneno do mundo, não protege as crianças e as mulheres. Embora o homem e a mulher sejam biologicamente semelhantes, não são iguais. Talvez não seja coincidência uma quantidade exagerada de alguns tipos de patologia, de doenças, que estão acometendo as mulheres, em idade cada vez mais precoce. Justamente em Maringá, onde uma criança se intoxicou, e isso foi alardeado por toda a imprensa no ano passado, é que se está retirando esse veneno do Paraná, em uma extraordinária ação.

Por conta disso, dessa verificação que no nosso País as crianças não estão protegidas sequer pela legislação, não estão protegidas sequer pelas normativas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, é que estou encaminhando um requerimento solicitando às nossas Secretarias pertinentes do Paraná, a de Saúde e a de Agricultura, que respondam à Assembleia Legislativa do Paraná, qual é o mínimo suportável de resíduos de agrotóxicos no corpo das mulheres e das crianças, no Paraná, para que isso possa nos municiar com relação a um futuro projeto de lei, que acredito que se não temos em nível nacional, temos que tê-lo no nosso Estado, porque é o Paraná, desafortunadamente, o segundo maior consumidor de agrotóxico do Brasil. Talvez não seja coincidência o fato de que sejamos os campeões, não só na produção, mas também no câncer de fígado e de pâncreas.

Sr. Presidente, pela falta absoluta de preocupação com as crianças, é que o projeto que vai virar lei, porque

foi aprovado na segunda-feira passada nesta Assembleia, sobre merenda escolar orgânica. Ele é de autoria dos Deputados Elton Welter, Luciana Rafagnin e minha também, que obriga as escolas a instituírem a merenda escolar orgânica. Talvez aí, Deputada Luciana Rafagnin, resida o maior mérito do projeto, o de atingir justamente aquela idade que hoje não tem a mínima proteção legal a respeito dos resíduos de agrotóxico.

Quando falamos de resíduo de veneno não estamos falando da ingestão de um mamão, com 70% de dicofol, que é um veneno absolutamente proibido em vários países, com sérios problemas, ou do tomate, ou do pimentão, que a própria ANVISA constatou serem sede de verdadeiro acúmulo de veneno. Esses agrotóxicos têm um efeito chamado acumulativo, o que significa dizer que eles vão, ao longo do tempo, se acumulando no corpo das pessoas. Ingerir hoje, amanhã mais um pouquinho, soma dois pouquinhos, depois de amanhã mais um pouquinho, são três pouquinhos, e assim por diante vão aumentando e provocando uma verdadeira explosão em termos de situações anormais no corpo dos seres vivos.

Acho que já está mais do que na hora de pensarmos com seriedade com relação a isso. Sabemos que os venenos espantam as pragas, que eles dão à agricultura esse sucesso extraordinário que tem o Paraná. Em uma produção altíssima, que chega a ser praticamente 25% em termos de grãos da produção nacional. Mas é um preço exagerado, um alto preço que pagamos para vencer esse campeonato de quem produz mais. Será que vale à pena? Acho que temos que buscar respostas agora.

O Paraná, de maneira ainda cambaleante, está dando algumas, com os incentivos do Governo do Estado somados as do Federal. O Paraná pulou, em 10 anos, de uma safra que produzia em peso 430 toneladas, para 107 mil toneladas, um aumento de 2000% em 10 anos. Os produtores, que eram em número de 300, passaram a 5 mil e 300 em 10 anos. Se esta situação continuar, ou seja, o apoio do Governo Federal e Estadual à produção orgânica, esse incentivo do próprio mercado que quer comprar o orgânico, que já admite até pagar mais para ter alimento sem veneno em casa, projeta-se para o ano 2018 uma safra, no Paraná, de cerca de 2 milhões e 300 mil toneladas.

Imaginem, saímos há 10 anos atrás de 400 toneladas, 450, claro que isso é uma coisa auspiciosa, mas precisamos avançar mais.

E neste sentido é, então, que estamos apresentando este requerimento, para que a Secretaria de Estado da Saúde, do nosso Secretário Gilberto Martin, a Secretaria do Bianchini, que é a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, nos informe quais são os limites toleráveis de resíduos no corpo das mulheres e principalmente das crianças. Quem sabe possamos fazer justiça com relação a uma legislação mais avançada no que tange ao direito dos consumidores e deveres dos produtores.

Era isto, muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. FERNANDO SCANAVACA (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, como Presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, como tramita nesta Casa um projeto de lei do fumo, gostaria que a Comissão de Indústria, Comércio e Turismo também fosse ouvida a respeito desse projeto.

Se fosse possível, que a Mesa enviasse também a esta comissão, para que pudéssemos ouvir também os empresários que estarão sendo prejudicados também com essa lei.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Cabe a questão de ordem. Eu questiono se V. Exa. pretende se demorar com este parecer ou coisa parecida, porque a intenção seria de votarmos ainda nesse primeiro semestre, isto é, nós teremos ainda amanhã duas Sessões e eu já quero pedir a V. Exas. que, por favor, amanhã teremos duas Sessões, com duas Ordens do Dia, não teremos a Sessão de quinta-feira, teremos a Sessão de segunda, terça e quarta.

O SR. FERNANDO SCANAVACA (PDT)

Sr. Presidente, acho que de repente podemos fazer uma Audiência Pública, como foi feito com a Saúde, onde foi ouvida a classe médica, que poderíamos também ouvir os empresários que vão estar, de uma maneira ou de outra, sendo prejudicados.

Acho que este projeto não tem tanta urgência, e poderia ser feita a votação no segundo semestre depois do recesso.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bloco PPS/PMN. Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Senhor Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Em primeiro lugar, quero fazer aqui um registro e, ao mesmo tempo, um agradecimento ao pessoal da Câmara Americana de Comércio, que está aqui acompanhando a Sessão de hoje. Obrigado pela presença de vocês e pelo prestigiamento à Assembleia Legislativa do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Paraná, hoje, conta com diversas lideranças que participam desta Sessão, presentes sempre Vereadores, estudantes e hoje contando com a ilustre presença de vocês. Então, muito obrigado, realmente. E destacar aqui que as nossas Sessões acontecem nas segundas, terças, quartas e quintas-feiras, também tem o trabalho da TV SINAL, que leva a imagem, ao vivo, para o Estado do Paraná e para o Brasil, para que as pessoas possam acompanhar o trabalho dos Deputados aqui na Assembleia Legislativa do Paraná.

Falando em trabalho dos Deputados, quero relembrar um assunto que estamos cobrando desde o início do ano, quando ficamos sabendo, que é sobre os ônibus do transporte escolar do Governo do Estado. Ficamos sabendo desse projeto dos ônibus, no ano passado. E tomamos a iniciativa, até por eu participar da Comissão de Orçamento, discutirmos, na comissão, foi aprovado, todos os Deputados aprovaram, votaram favoravelmente, significa dizer que todos os Deputados, de todos os partidos, concordaram com o Governo do Estado em aprovar um programa importante, que é a distribuição de ônibus para os Municípios.

Tomamos a iniciativa de indicar os ônibus para todos os Municípios que represento, ou que pelo menos fazem parte da região que moro, que é a região de Campo Mourão. Indicamos ônibus para Campo Mourão, Araruna, Peabiru, Barbosa Ferraz, Engenheiro Beltrão, Fênix, Quinta do Sol, Corumbataí do Sul, Iretama, Luiziana, Roncador, Nova Cantú, Campina da Lagoa, Ubiratã, Terra Boa, Farol, Janiópolis, Quarto Centenário, Goioerê, Moreira Sales, Boa Esperança, Juranda, Mamborê, Altamira do Paraná, Municípios da nossa região e outros que não são da nossa região. Indicamos porque sabíamos que era um programa importante, aprovamos aqui na Assembleia e fizemos nosso papel enquanto Deputados.

Além disso, tomamos a iniciativa de colocar como emenda no orçamento. Cada Deputado tem o direito de indicar R\$ 2 milhões em obras para serem construídas ou atendidas pelo Governo do Estado nos Municípios. Fiz questão de ajudar com percentual, o valor para ajudar na compra dos ônibus, daquela cota que temos. Então, foi o nosso papel para que esses ônibus pudessem chegar aos Municípios.

Não bastando isso, fizemos várias cobranças aqui, para que esses ônibus fossem entregues para os estudantes. Qual o nosso papel enquanto Deputados? Não é fiscalizar? Não é cobrar? Não é aprovar no orçamento? É este o nosso papel.

Feito isso, dos pronunciamentos que fizemos, ontem saiu em rede nacional, quando fomos procurados numa dessas reportagens por que os ônibus estavam ainda na frente do Palácio, eu dizia que o Governo estava mais preocupado em fazer politicagem.

O Sr. Professor Lemos (PT)

Me concede um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero contribuir com o seu pronunciamento, no sentido de dizer que, de fato, o orçamento do Estado, já com recursos do exercício passado, no orçamento da Educação do Estado do Paraná, separou 133 milhões para a compra desses ônibus. Não é nem do exercício de 2009. É de 2008, para fechar os 30% que o Estado tem como obrigação de aplicar em Educação.

Isso foi muito importante. É um programa que independe da indicação nossa aqui na Assembleia. É um

programa que alcança todos os Municípios com menos de 100 mil habitantes. Todos eles. Se indicarmos ou não, o Município vai receber, porque a regra que foi estipulada pela Secretaria da Educação e pela SEDU, levou em consideração o número de estudantes da rede estadual transportado em cada Município: levou em consideração a frota que o Município já tinha e também levou em consideração quantos quilômetros rodados.

Então, independente da indicação do Deputado A, B ou C, os Municípios com menos de 100 mil habitantes no Estado do Paraná, todos receberão ônibus, dependendo do seu tamanho, da sua frota e dos critérios que foram adotados.

Quero dizer a todos que estão nos acompanhando, que não é dado por nenhum Deputado ônibus para os Municípios. É na verdade, um programa que alcança o interesse público.

Obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado. O Deputado Lemos me confirma um negócio que eu já imaginava, que é o seguinte: independente do partido político, independente do Deputado, essa história de estarem fazendo festas nos Municípios, estou sabendo de Municípios que estão fazendo carreata com os ônibus com adesivo dizendo: "Obrigado, deputado tal." Deveriam agradecer a todos os Deputados, porque foi aprovado por todos os Deputados, então não tem essa história de pai da criança! O que tem, o que nós cobramos aqui é a demora na entrega dos ônibus, e cobramos tanto que a imprensa nacional inclusive veio aqui para cobrir. Aí, hoje eu fico sabendo que o Governador ficou brabo, queria saber quem foi. Deveria agradecer a imprensa nacional estar divulgando, de repente, um projeto que é importante para o Paraná.

Agora, a politicagem de usar festa, fazer aquilo que eu não concordo, continuo não concordando, é aparecer dizendo que um ou outro Deputado é pai da criança.

V. Exa., Deputado lemos, que é professor, V. Exa. que é do PT, partido aliado do Governador, traz bem claro isso: não tem pai da criança, é um projeto de todos os Deputados, um projeto do Governo e que é obrigação do Governo cumprir os 30% que tem que colocar no orçamento para Educação.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado, só para dizer a V. Exa. que um Prefeito me contou, nos Campos Gerais, que ele recebeu um ofício de um Deputado dizendo que era o pai do ônibus. À tarde recebeu outro ofício, dizendo que a conquista era de uma outra mãe e, por fim, ao passar naquela Cidade, encontramos duas faixas nos ônibus dizendo que o pai, a mãe e o avô eram outros Deputados. Infelizmente um programa tão bonito como esse está nas mãos de algumas pessoas que nem sabem o que estão falando.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado, só para contribuir, parabenizar pelo seu pronunciamento. Aliás, fazemos essa cobrança com relação a esses ônibus que estão parados aqui na frente do Palácio desde o começo do ano, e por muitas vezes ainda fui interpelado por Deputados da base governista dizendo que era perfeitamente normal. Isso no início do ano, já estamos no meio do ano, estamos em julho e os ônibus ainda estão aí! Agora, me parece que depois dessa reportagem do CQC, da Rede Bandeirantes, me parece que já está acontecendo uma certa movimentação, mas o fato é que os ônibus que estão recebendo adesivos, estão sendo entregues em festas, porque se trata de campanha eleitoral.

O senhor falou muito bem, estamos cobrando uma obrigação do Governo do Estado, e tinha que ter uma lei proibindo que Deputado colocasse faixa: “Obrigado, Deputado, por esse ônibus.” O que é isso? Nós fazemos leis e fiscalizamos! Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Então é isso que eu discuto aqui, é isso que eu cobro, porque ficarmos com essa história de ficar enganando a população, Deputada Cida, se eu for lá em Maringá, vamos imaginar que na próxima eleição nós estejamos na Situação e, por um acaso, V. Exa. esteja na Oposição. Se eu for na sua Cidade e colocar faixa dizendo que fui eu que entreguei o ônibus, acho isso inclusive de mau gosto, é enganar a população.

Uso o horário da Oposição.

Passa a usar o horário da Liderança da Oposição

Continuando a nossa linha de raciocínio, entendo bem claramente qual é o papel de Deputado de Oposição e de Situação. Agora, não dá para fazer afrontas aos Deputados porque são da Oposição, pegar e imaginar que está levando um presentinho para a população e dizer que aquele é o Deputado bom e o outro não é Deputado bom. Não conheço nenhum melhor que o outro aqui. Todo mundo aqui é Deputado e cada um aqui tem um voto, temos que nos respeitar. Porque essa história de colocar a faixa e dizer que aquele é o Deputado bom, para enganar a população, essa é uma enganação. Não admito essas atitudes, acho que é muito anti-político, anti-ético, temos que respeitar as pessoas. Agora, falar: “Esse ônibus é um projeto do Governo, que vai ajudar a população no transporte escolar. É um projeto que os Deputados da Assembleia Legislativa votaram favoravelmente, e eu sou da parte do Governo e o Governo pedir para que eu viesse aqui fazer a entrega”. Tudo bem, até pode ser aceitável. Agora, dizer que aquele Deputado é o bom, porque levou

ônibus e o outro não é o bom, porque é da Oposição, isso não é correto, não é ético!

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Deputado Douglas, acompanho com atenção o seu pronunciamento, e até V. Exa. não estava aqui, mas quando veio a emenda constitucional alterando para 30% as verbas com Educação, passou por unanimidade nesta Casa. E foi isso que permitiu que o Governo adquirisse esses ônibus. Inclusive os Deputados, independente de serem da Situação ou Oposição, temos que fiscalizar, sim, se aquilo que estava na Justiça, que era direito dos Municípios em relação à cota parte do transporte escolar, que estava sendo discutido, se não está sendo utilizado para aquisição desses ônibus, porque aí, mais uma vez, temos que fiscalizar e dizer para a população que o dinheiro já era dos Municípios.

Existe uma ação, não sei se já foi julgada, em que o Estado devia milhões para os Municípios, referente ao transporte escolar. Quero cumprimentar, porque é justamente esse o papel do Parlamento: questionar e fiscalizar. Porque será que esse programa, se ele for devidamente fiscalizado ele não consegue até ser ampliado? É esse o papel do parlamento.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Deputado Douglas Fabrício, por coincidência ou não, ontem à noite assisti o programa CQC, na Rede Bandeirantes em rede nacional, quando fizeram uma reportagem sobre os ônibus que estão parados aqui em Curitiba. E também foram ao Município de Barbosa Ferraz., se não me engano, e mostraram as condições do transporte escolar. E veja uma contradição que encontramos, vejam quem está com a razão. O repórter daquele programa humorístico, ou não, ele foi à Prefeitura falar com o Prefeito e o Prefeito não estava. Foi falar com o assessor jurídico do Município, aí perguntou: “Por que os ônibus estão parados?” Estão parados porque faltam alguns dados, por exemplo o seguro. Ele alegou que o seguro tem que ser contratado, tem que ter licitação e que só daí os ônibus poderiam rodar.

Mas para surpresa minha, na sequência, a Secretária da Educação, quando ela foi entrevistada também, disse que os ônibus tinham que ficar aqui no pátio por questão técnica. E tinha explicação, por exemplo, tinha que contratar primeiro o seguro, fazer emplacamento, o motorista tem que fazer curso, tudo isso elencado pela Secretária da Educação. Ela contradiz o que o assessor jurídico do Município disse. E me faz crer que os ônibus estavam parados então lá no pátio do Município. E tinha lugares que os ônibus que transportavam os alunos, o próprio motorista disse que são 44 lugares que tinha no ônibus e que iam até 70 crianças. Enquanto que os ônibus continuam parados.

Vamos expor o seguinte: o Governo comprou os ônibus? Claro que comprou. O Governo é obrigado a gas-

tar. Ele, o Governador, propôs dizendo que o Governo do Estado tem que gastar 30% com a Educação. Inclui-se também o 3º grau, que eu tenho as minhas dúvidas, Deputado Professor Lemos, tenho as minhas dúvidas se pode incluir o 3º grau ou não? Mas o Governo tem que gastar os 30% durante o ano com a Educação.

Para ele gastar os 30%, se ele compra ônibus, ou pagar o aumento dos professores, se ele melhorar os salários, se ele melhorar a qualidade dos prédios, se ele melhorar a qualidade de ensino, se ele equipar as escolas, ele botou, por uma questão pessoal do Governador, de comprar os ônibus que nós, aqui na Assembleia, aprovamos.

Tem aquela frase que está escrita nos ônibus, eu até gostaria de tê-la, diz assim: “Transporte escolar: a Educação mais perto dos nossos alunos”.

Ontem à noite, até o repórter, humorista ou não, seja lá o que for, disse que essa frase deveria ser diferente. Mostrou até a frase: “Transporte escolar: a Educação mais perto dos nossos negócios políticos.”

Condiz com aquilo que V. Exa. diz. Ah, tem Deputado da base? Tem. Nós sabemos que o Deputado que aguenta, que tem ônus do poder, ele tem a glória do poder. A glória do poder é levar as obras e os benefícios para os seus Municípios. Isso faz parte do jogo. Mas, os Deputados que dão sustentação a esse Governo, que tem a glória de chegar num Município e dizer: “Olha, eu estou entregando o ônibus. Eu trouxe uma viatura da Polícia. Eu consegui uma verba para a construção da escola. Eu consegui o equipamento para o hospital, para o pronto socorro, para qualquer área”. Esse Deputado tem que lembrar que ele também tem que arcar com o ônus desse Governo. Quer dizer, quem tem a glória, tem o ônus; quem tem o ônus, tem a glória do Governo.

Acho que essa frase ficou muito bem aplicada: “Transporte escolar: a Educação mais perto de nossos negócios políticos”.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Deputado Elio Rusch, em parte concordo com o que V. Exa. coloca. O que estou discutindo é o verdadeiro papel nosso aqui na Assembleia Legislativa, enquanto Poder Legislativo.

O Poder Executivo tem um orçamento, que é recurso para utilizar em obras, para poder melhorar a vida da população. Esse é o papel do Executivo, ele é o executor, ele é o Poder para executar. Nós somos o Poder Legislativo, para fazer leis, para fazer a fiscalização e para cobrar do Governo que cumpra o orçamento.

O que estou fazendo aqui é pedir ao Governo que cumpra o orçamento. As emendas parlamentares que apresentamos, que ele, Governador, também cumpra, porque é um direito nosso, enquanto Poder Legislativo, apresentar R\$ 2 milhões em emendas. Nós apresentamos. Emendas, por exemplo, para o Município de Goioerê, para ajudar a Santa Casa, R\$ 1 milhão. Até agora o

Governador não cumpriu. É nesse sentido que estamos nos pronunciando.

Com relação à cobrança que a imprensa nacional faz, só vem confirmar aquilo que nós aqui estamos cansados de falar: que os ônibus estão parados na frente do Palácio e as crianças estão tendo dificuldade no transporte. Mas não é só o Município de Barbosa Ferraz, não.

Poderia citar o próprio Quarto Centenário, a própria Goioerê, dos Municípios da minha região e outros. Já vi problema de transporte escolar no Município de Maringá, no Município de Cascavel, pela Rede Globo.

Então, não é só o CQC que está mostrando, não. Muitos outros canais de televisão também estão mostrando, que nós, como Deputados, temos que melhorar o nosso trabalho, cobrar mais do Governo, para que ele, Governador, execute o orçamento, que todos os Deputados - daí não têm nenhum melhor do que o outro - todos votaram favoravelmente ao orçamento, dando ao Governador mais de R\$ 20 bilhões para melhorar várias áreas do Paraná, entre eles o transporte escolar.

Poderia falar também da questão da Segurança Pública, mais de R\$ 1 bilhão, que os Deputados aprovaram, para melhorar a Segurança Pública. Qual é o nosso papel agora? Cobrar, fiscalizar, ver se o Governador está executando o Orçamento através dos seus auxiliares, que são os Secretários, para melhorar a Segurança Pública no Paraná. Esse é o nosso verdadeiro papel.

Quero agradecer aos Deputados que fizeram apertes, pedir desculpas ao Deputado Ademir Bier, porque não conseguimos dar o aparte. Mas, num próximo pronunciamento, V. Exa. poderá se manifestar, porque realmente, verdadeiramente o papel de cada Deputado é, em primeiro lugar, fiscalizar o Poder Executivo e apresentar projetos de lei que possam melhorar a vida da população.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário das Lideranças, concedemos a palavra ao Deputado Elio Rusch, usando o horário destinado ao Partido Democratas.

Liderança do DEM: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria apenas de lembrar, na Sessão de hoje, aquilo que acontece aqui na Casa e também aquilo que acontece no Executivo Estadual.

Há poucos meses ou semanas, a Assembleia Legislativa apreciava uma PEC, que era a tão falada PEC do Emprego. Ela não atingiu os votos necessários para ser aprovada. Os Deputados da Oposição, e quem não votou a favor desta PEC, argumentou naquela época que era um pedido de informações desnecessário e demagógico, porque já tínhamos no Estado do Paraná uma lei chamada Lei Ratinho, que colocava critérios e responsabilizava as

empresas que receberam, ou que iriam receber benefícios fiscais do Governo do Estado, e que viessem a demitir sem justa causa, perderiam estes benefícios.

Esta lei já existia quando se apreciou esta PEC. A PEC não foi aprovada. Logo depois apresentou-se um novo projeto para corrigir esta lei, que já existe no Estado do Paraná, e só esta lei que foi apresentada comprovou que os Deputados da Oposição estavam certos, na época da votação da PEC. Pois bem. A Assembleia Legislativa estava analisando, estava tramitando aqui na Casa uma outra PEC, que aumentava o período de licença da funcionária pública, no caso de uma gravidez, aumentando de quatro para seis meses. Se não me falha a memória, é de autoria da Bancada do PT.

Para surpresa, talvez não tanto nossa, mas muito mais do PT, o Governo do Estado manda uma mensagem aqui para a Assembleia Legislativa, uma lei e aumenta para seis meses. Quer dizer, quando a Assembleia está discutindo, o Governo, para não deixar que os Deputados, que são autores da lei, ou os Deputados, ou a Bancada, quando são autores da lei, não possam levar a glória: “Olha, nós fizemos esta lei”, o Governador apresenta esta mensagem. Até hoje não vi nenhuma manifestação dos Deputados do PT em relação a esta atitude do Governo do Estado. Quando a PEC está tramitando aqui na Casa, o Governo passa na frente e apresenta um projeto de lei que inviabiliza a PEC do PT.

Que Governo é este? Os Deputados do PT têm o ônus do Governo, mas, a glória não! Eu até gostaria de ouvir, um dia, uma explicação da Bancada do PT.

Agora, chegou ao nosso conhecimento, que ontem o Governador teria dito, e foi noticiado na manhã de hoje pela Rádio Educativa, vejam Srs. Deputados, porque o Governador teria noticiado ontem - reunido sobre a questão da Segurança no Estado do Paraná - e a Rádio Educativa havia noticiado que o Governador iria baixar um decreto proibindo a SANEPAR de cobrar o lixo nos Municípios que têm o convênio com a SANEPAR para a coleta de lixo, que seria proibido cobrar na fatura da água. Ora, aqui na Assembleia Legislativa, estamos votando um projeto desses, com emendas até alterando o conteúdo do projeto do Chico Noroeste, aperfeiçoando para não inviabilizar as Prefeituras. Isso tem que ser dito! Agora, as Prefeituras prestam serviço para a comunidade e todo mundo cobra, assim o Município faz a coleta própria, ou tem convênio com a SANEPAR, ou outras empresas, ou cobra no IPTU.

Agora, a Assembleia está analisando um projeto, e vem o Governador anunciar - conforme a Rádio Educativa - que o Governador vai baixar um decreto proibindo a cobrança do lixo junto com a fatura da água aqui no Estado do Paraná.

Então, quer dizer, aquilo que de bom nós discutimos e tantas outras coisas, de repente o Governador se antecipa para dizer que foi o autor, porque não permitiu.

Gostaria que o Governador voltasse as suas atenções da forma com que ele atravessa com projetos, ou com decretos, que ele olhasse com bons olhos para os seus funcionários. Governador Roberto Requião, olhe com carinho para as crianças, as filhas ou os filhos dos seus funcionários da Secretaria da Agricultura, da Secretaria da Administração, do DER, do IAPAR, porque segundo informações que estão circulando hoje aqui na Assembleia, dos funcionários da Secretaria da Agricultura, eles estão distribuindo um documento mostrando que realmente vão fechar a creche que abriga os filhos dos funcionários do Governo do Estado.

O Governador Roberto Requião já disse uma vez aqui, quando V. Exa. foi Prefeito em Curitiba, no período de 1985 a 1988, V. Exa. disse que era o Prefeito da Capital que mais creches teria construído. Quem bom, Governador! Quem bom quando se volta exatamente as atenções para os nossos empregados e para as crianças. Que bom quando tem um bom programa social. E temos bons programas sociais no Paraná, sim, assim como no Governo Federal, coisa que já tínhamos no Governo passado, e vai se aperfeiçoando. Mas não vamos fechar a creche para que os filhos dos nossos funcionários do Estado do Paraná fiquem desamparados!

Governador Roberto Requião, o Tribunal de Contas respondeu uma consulta do Governo do Estado quando pediu a legalidade do repasse de recursos para essas creches, e o Tribunal de Contas disse que é legal, porque é uma entidade sem fins lucrativos, e os próprios funcionários, além do recurso que o Governo repassava para essa instituição, também ajudavam a pagar. Por que fechar essa creche, que funciona há mais de 20 anos? Deixar 275 crianças, no meio do ano, sem abrigo!

O que as mães vão fazer? Já falei uma vez sobre isso!

Governador, como V. Exa. se antecipa em apresentar projetos que estão tramitando aqui na Casa, antecipe-se também em relação a essas atitudes tomadas pelas Secretarias. Acredito que não seja do seu conhecimento, Governador Roberto Requião, porque o senhor tem, sim, um trabalho voltado para a área social, então não permita, Sr. Governador, que essas creches fechem, creches que abrigam crianças do seu quadro funcional. Vamos fazer com que essas mães possam continuar trabalhando. Não permita que essas creches fechem. Permita, sim, que essas mães continuem trabalhando com disposição, com garra, em favor do nosso Estado do Paraná.

Esse é o pedido e esse é o registro que eu gostaria de fazer na tarde de hoje.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bloco PSB/PRB/PV.

(**Declina**)

Liderança do Governo. Com a palavra Deputado Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Segundo o teólogo Tomaz de Aquino, mais conhecido como São Tomaz de Aquino, grande pensador da Idade Média da Igreja, são sete os pecados capitais, que atualmente são considerados inclusive pelo catolicismo: a vaidade, a inveja, a ira, a preguiça, a avareza, a gula e a luxúria.

Daquela tribuna, hoje, pelo menos em dois desses pecados capitais dá para poder enquadrar e tipificar a conduta do Deputado Douglas Fabrício. A primeira da inveja, e digo isso porque basta acessar o blog do Fábio Campana, antes ainda dele ir à tribuna e perguntava a ele do que tinha inveja. Na verdade, todos sabem aqui o seguinte: o Deputado Douglas Fabrício está com uma tremenda dor de cotovelo. Primeiro, Deputado Cheida, levei isso numa certa brincadeira, eu falei: “Olha Deputado, eu me expressei mal na Rádio CBN, e fiz isso como uma brincadeira. Por favor, não leve isso a sério.” Mas o que fez o Deputado Douglas Fabrício? Acabou de ir àquela tribuna, Presidente, e acabou, lamentavelmente, de faltar com a verdade. Ele, na verdade, contou uma mentira no início do pronunciamento. Por que contou uma mentira? Disse que não havia tomado conhecimento antecipadamente do programa realizado pela TV Bandeirantes, o CQC, por quê? Porque ele disse que tomou conhecimento hoje.

Ora, sinceramente, se o Ivo Ericson de Lima, que é o advogado que deu entrevista no programa CQC, se o Ivo não tivesse trabalhado comigo, não tivesse sido meu superintendente jurídico na COHAPAR, depois assessor jurídico, e não trabalhasse como assessor jurídico do PPS e do gabinete do Deputado Douglas Fabrício, sinceramente até ele poderia dizer que desconhecia. Mas quando você coloca o teu advogado para poder falar, Presidente, e pior ainda, ele não teve a coragem pessoal de ele mesmo dar a notícia, não teve a coragem de falar em rede nacional contra o programa de distribuição de ônibus de transporte escolar, que é motivo, sim, de orgulho para todos nós, porque quem anda por este Estado sabe a importância que os ônibus terão na vida dessas crianças e jovens, porque nunca antes na história deste Estado se distribuiu ônibus de transporte escolar.

Eu sei mesmo, sinceramente, dói o cotovelo mesmo, Deputado Reni, porque outro dia ainda, na sexta-feira de manhã... aonde está o Deputado Augustinho Zucchi, que eu não estou vendo aqui? Está aqui o Deputado Zucchi, sabe quem me ligou, Deputado Zucchi, lá de Roncador? A Rádio Princesa, que é do grupo político que lhe apoia lá em Roncador, do ex-Prefeito Odilon Gonçalves, que nunca me deixa falar na Rádio Princesa. Eles me ligaram, pois estavam entristecidos com as declarações do Deputado Fabrício, chamando a mim e o Deputado Alexandre Curi de mentirosos, que não tínhamos dado

ônibus nenhum para Roncador, que quem estava dando ônibus para Roncador era ele. E o que aconteceu? Caiu a máscara. Nem o grupo político dele acredita nele. Eles sabem que ele não deu ônibus algum para lugar nenhum. Até porque a região que ele representa nesta Casa não levou nem uma Cibalena! Optou por ter uma Oposição cega, inconsistente, incongruente nesta Casa.

Quando pensamos nesse programa, foi uma forma de poder resolver um dos problemas gravíssimos que temos. E é o início de um grande programa. Tínhamos recursos no final do ano passado e decidimos, o Governador Roberto Requião, a Secretária da Educação, os demais Deputados que integram a base, de priorizar esses investimentos.

Já expliquei aqui, todo mundo já sabe: os ônibus ficam aqui na frente do Palácio para serem emplacados e depois irão para os Municípios. Como os ônibus são todos amarelos e pretos, parece que são sempre os mesmos.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não vou conceder, não. V. Exa. falou o que quis, do jeito que quis, aliás, V. Exa. deve estar rindo, porque nacionalmente fez um papel ridículo para o Estado do paraná. O único Estado que tem um programa de distribuição de ônibus de transporte escolar, de 1 mil e 100 ônibus, e V. Exa. transformou isso numa palhaçada! V. Exa. deveria se envergonhar!

V. Exa. foi àquela tribuna fazer isso, a ira, está com ódio no coração, por causa do outro pecado capital que é a inveja. V. Exa. não pôde entregar os ônibus e não vai entregar ônibus nenhum, porque não contribuiu em nada. O que V. Exa. tem feito? Tem feito de tudo para que nada aconteça no Estado do Paraná. pela sua vontade, nada acontece. Não tem construção de escola, não tem reforma, não tem investimentos na área de Segurança Pública, não tem investimento na área da Saúde. A única coisa que sei que a região de Campo Mourão está cobrando é para que V. Exa. não leve nada para a região.

Quantos Deputados estão atuando na região? Os Deputados: Jonas Guimarães, Antonio Anibelli, Cleiton Kielse, Dr. Batista. Artagão Júnior, até o Reni que é Oposição contribui com a região da COMCAM, o Augustinho Zucchi também articula e trabalha. Sei que dá uma dor de cotovelo enorme!

Não vou conceder aparte, porque não merece. V. Exa., na verdade, traiu o Estado do Paraná, é um traidor do nosso Estado. Colocou em rede nacional, de forma vexatória, o nosso Estado, por estarmos fazendo aquilo que devia ser obrigação de todos. Sinceramente, vou representar, Deputado Douglas, contra V. Exa. junto ao Diretório Nacional do PPS. Vou falar com o Presidente Roberto Freire, que é um homem de bem e que preza pela ética. O seu comportamento não é

ético. E, efetivamente, o seguinte: fico vendo, imaginando que quando chegamos a um dos Municípios com os ônibus, onde as crianças, os jovens, avidamente esperam a oportunidade de ter um transporte de qualidade, como vamos fazer em Roncador, eu e o Deputado Alexandre Curi. Quero convidar aqui o Deputado Augustinho Zucchi, que integra a base do Governo, embora seja nossa Oposição em nosso Município, mas quero convidar também o Deputado Reni Pereira, que é companheiro de política do Agnaldo, nosso Prefeito de Roncador: vamos lá entregar os ônibus. Vamos, os quatro Deputados, entregar os ônibus.

Deputado Douglas, V. Exa nem sabe quantos ônibus tem em Roncador. Está completamente por fora, não sabe o que está acontecendo com os ônibus, não sabe quais foram os critérios formados que utilizamos.

Esses que prestam desserviço à sociedade paranaense e brasileira, esqueceram de dizer, para ridicularizar no programa que, aliás, tem como especialidade criticar e transformar os políticos em palhaços, que foi essa a sua contribuição, do CQC, foi essa: transformar os políticos em palhaços, programa que se habituou a fazer isso.

V. Exa. sabe muito bem, o programa tem critério técnico, formulado por número de habitantes, por quilometragem quadrada dos Municípios, por linhas de origem e destino, pelos quilômetros que são necessários ser percorridos, pela população estudantil que tem que ser atendida, pela frota do Município, pelo IDH de cada Município. E os Deputados da base do Governo são, sim, aqueles que vão aos Municípios e têm o direito, têm que colocar a faixa mesmo.

O fato é o seguinte: tem que ir aos Municípios mesmo, mostrar para o povo, porque infelizmente quem não tem o que fazer e o que mostrar, a única coisa que faz é ir ao Município para falar mal. Então, temos que pegar e mostrar tudo aquilo que estamos fazendo, porque sei que é muito difícil mesmo para um Deputado que não leva nada para a sua região e ainda fazer o seguinte: prestar um grande desserviço ao Estado, ridicularizando um programa que beneficia justamente quem precisa. Mas, temos orgulho e vamos continuar fazendo a entrega dos ônibus. Hoje mesmo entregamos 74 ônibus para o Norte Pioneiro e ficamos muito felizes, Deputados Nereu, Alexandre Curi, Enio Verri, que também participou dessa questão, do Deputado Kielse, daqueles que têm compromisso com as pessoas e não aqueles que, na verdade, vieram a esta Casa só para criticar, só para, de fato, ofender, só para não contribuir com absolutamente nada.

Lamento profundamente aqueles que, nacionalmente, ridicularizam o seu Estado, aqueles que envergonham, participando de uma armação igual a essa. Isso é vergonhoso! Eu fico profundamente entristecido com esse comportamento.

V. Exas. não sabem ouvir, não conseguem escutar, esse que é o problema.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A palavra está assegurada ao Deputado Luiz Claudio Romanelli. O Deputado Douglas Fabrício tem todos os motivos para requerer as Explicações Pessoais para falar, mas temos, sim, que assegurar o direito do Deputado Romanelli usar a tribuna.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, me incluo nas Explicações Pessoais, logo depois do Deputado Douglas Fabrício, para dizer o seguinte: nos orgulhamos do programa de transporte escolar que temos. Não serão os detratores, os invejosos, que mudarão essa realidade. Leia os Pecados Capitais e remova a inveja do seu coração e da sua alma, Deputado Douglas Fabrício.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pela ordem?

(**Assentimento**)

Pedir a V. Exa. para me inscrever em Explicações Pessoais, depois dele, porque ele se inscreveu primeiro. O Regimento é claro.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem?

(**Assentimento**)

Gostaria de saber quantas pessoas podem se inscrever em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Duas pessoas.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 808/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Exma. Sra. Secretária da Cultura, a construção de Biblioteca Cidadã, no Município de Ângulo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 809/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a aquisição de equipamentos hospitalares, para o núcleo Integrado de Saúde do Município de Ângulo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 810/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, incentivos fiscais as empresas que instituíam o telhado verde, no âmbito do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Miltinho Puppio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3392, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, requerendo autorização desta Casa de Leis, para o Sr. Deputado Reni Pereira participar da reunião conjunta de CODESUL e PARLASUL, organizado pela UNALE, a se realizar no dia 08 de julho do corrente, na Cidade de Florianópolis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 014/09, de autoria da Comissão Executiva, que altera o parágrafo segundo, do artigo 33, inclui inciso ao parágrafo 6º, do artigo 51, e revoga o inciso XXIII, do artigo 18, todos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. COM EMENDAS DE PLÊNARIO COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA.

COMISSÃO EXECUTIVA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
DE PLÊNARIO Nº 01 AO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 014/09

Art. 1º Fica alterado o parágrafo 2º do artigo 33 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar nº 095 de 26/02/98 e alterações posteriores;

II - decidir os recursos interpostos contra suas decisões;

III - manifestar-se quanto à perda de mandato de Deputado, nos termos do inciso V, do artigo 251, deste Regimento;

IV - manifestar-se quanto ao mérito das proposições que disponham sobre:

a) criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios;

b) transferência temporária da sede do Governo;

c) organização dos Poderes do Estado;

d) Ministério Público;

e) intervenção nos Municípios;

f) organização e divisão judiciária;

g) alteração de códigos;

h) declaração de utilidade pública de entidades civis.

V - propor, através de projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça;

§ 2º A. Sempre que a Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma proposição, a sua tramitação será interrompida e a proposição encaminhada à Mesa Executiva, para arquivamento, ainda que distribuída para outras comissões, cabendo recurso do autor a própria comissão, no prazo de 03 (três) dias contados da data de publicação do parecer no veículo oficial de divulgação dos atos do Poder Legislativo ou da notificação pessoal do autor;

§ 2º B. Da decisão da Comissão de Constituição e Justiça caberá recurso ao Plenário da Assembleia Legislativa no prazo de 02 (dois) dias contados da data de publicação do novo parecer no veículo oficial de divulgação dos atos do Poder Legislativo ou da notificação pessoal do autor;

§ 2º C. Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário da Assembleia, a proposição será tida como definitivamente rejeitada e, em sendo acatado o recurso a Proposição será encaminhada à próxima Comissão pertinente ou a Plenário;

§ 2º D. Quando se tratar de emendas declaradas inconstitucionais, é vedada a concessão de vista por ocasião da discussão e votação do recurso apresentado pelo autor e o relator, designado para emissão do parecer ao recurso, deverá exarar-lo na primeira reunião subsequente ao recebimento dos autos.

§ 2º E. Verificando o não cumprimento do prazo previsto no parágrafo anterior, deverá o Presidente da Comissão, na mesma Sessão, designar novo relator para

emissão do parecer na primeira reunião subsequente ao recebimento dos autos.”

Art. 2º Fica revogado o inciso XXIII do artigo 18 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30/06/09.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Apoiamento:

Cida Borghetti e Felipe Lucas.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda substitutiva geral tem por objetivo adequar sua redação à Lei Complementar nº 095/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que estabelece normas gerais para a elaboração, redação e consolidação das leis, de modo a promover o aprimoramento e a sistematização do ordenamento jurídico nacional.

A lei referida, de alcance nacional, regulamenta o disposto no artigo 59, parágrafo único da Constituição Federal. Norma idêntica é repetida no artigo 63, parágrafo único da Constituição Estadual, todavia, o legislador estadual não exerceu a sua competência prevalecendo a lei nacional complementar, já referida.

Assim, sem desvirtuar o objetivo da presente resolução o que se pretende é assegurar que a *intentio legis* seja efetivamente alcançada, ou seja, o encurtamento dos prazos para apresentação de recursos contra as decisões da CCJ e para a emissão de parecer, de modo a não permitir que projetos de lei já em fase de discussão e votação em Plenário, por força das emendas recebidas, tenham sua tramitação muito alongada em prejuízo das providências de interesse público de que tratam.

As alterações procedidas no texto original dizem respeito às referências genéricas sem indicação precisa do dispositivo constitucional ou legal a que se reporta o texto, à separação, em dispositivos específicos, do que se refere às competências da CCJ e às normas processuais que lhe são próprias; a supressão de advérbios e à sistematização do texto proposto em face do Regimento Interno como um todo, concentrando-se no dispositivo específico da CCJ o que é da sua exclusiva competência, sem necessidade de alteração nas normas processuais destinadas às proposições em geral e as demais comissões.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 02

Art. 1º Os incisos VI, VII e VIII do parágrafo 2º, do artigo 33, da proposta de alteração encaminhada pelo Projeto de Resolução nº 014/09, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

VI - sempre que a Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade

de uma proposição, a sua tramitação será interrompida de imediato e a Proposição encaminhada à Mesa Executiva, para arquivamento, ainda que distribuída pelas outras comissões, cabendo recurso do autor, preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça, no prazo máximo de 03 (três) dias a contar da data de publicação do parecer no Diário da Assembleia ou da notificação pessoal do autor, que deverá ser realizada pela comissão no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da votação do parecer;

VII - da decisão da Comissão de Constituição e Justiça caberá recurso ao Plenário da Assembleia Legislativa, no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da data da publicação do parecer no Diário da Assembleia ou da notificação pessoal do autor constante do inciso anterior, sendo que, inexistindo recurso ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário da Assembleia, a Proposição será tida como definitivamente rejeitada e, sendo acatado o recurso pelo Plenário, a Proposição será encaminhada à próxima comissão ou ao Plenário;

VIII - fica vedado ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça a concessão de vista da proposição, quando se tratar de emenda declaradas inconstitucionais pela comissão, sob as quais foi interposto recurso pelo autor, caso este que respeitará o seguinte rito para análise do recurso:

a) designado relator, pelo Presidente, para análise do recurso, o mesmo deverá exarar na primeira reunião subsequente, sendo que na omissão em exarar o respectivo parecer, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça avocará a responsabilidade pela emissão de parecer no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;”

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30/06/09.

(a) NELSON JUSTUS

Apoiamento:

Waldyr Pugliesi, Cida Borghetti, Jonas Guimarães, Osmar Bertoldi e Alexandre Curi.

COMISSÃO EXECUTIVA EMENDAS AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 014/09

P A R E C E R :

Duas emendas foram apresentadas ao Projeto de Resolução nº 014/09, que objetiva alterar o parágrafo 2º, do artigo 33, inclui inciso ao parágrafo 6º, do artigo 51 e revoga o inciso XXIII, do artigo 18, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Chamada a opinar, a Comissão Executiva apresenta parecer favorável à Emenda nº 01 e contrário para a Emenda nº 02.

Sala das Sessões, em 06/07/09.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Em discussão.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Acho que não é possível mudar a redação. quem sabe se possa fazer alguma coisa na redação final. Apenas deixar essa preocupação, com relação ao parágrafo 2º. Eu conversava agora com o Deputado Durval Amaral, a possibilidade de fazer essa mudança, mas parece-me que não há. “Sempre que a CCJ, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade em uma proposição, a sua tramitação será interrompida e a proposição encaminhada à Mesa Executiva para arquivamento, ainda que distribuída para outras comissões, cabendo o recurso do autor à própria comissão, no prazo de três dias contados, à data de publicação do parecer no veículo oficial de divulgação dos autos do Poder Legislativo, ou da notificação pessoal do autor.” Conversei com a Dra. Lídia, da possibilidade de colocar e da notificação pessoal. Porque me preocupa muito que o autor não seja notificado, que em três dias isso possa ser publicado em uma quinta-feira e o Parlamentar possa estar viajando e teremos esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cabe o encaminhamento de V. Exa. Podemos tornar uma praxe. Nada impede que ao comunicarmos, comuniquemos também o autor do projeto. Não vejo razão para que isso não aconteça.

Está em votação o projeto.

Aprovado, artigo por artigo.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, nós aprovamos ontem aqui a licença maternidade de 180 dias e o apelo de muitas servidoras é que o Governo Requião, creio que ele deverá fazer isto, que ele procure sancionar o mais rapidamente possível, porque a expectativa das servidoras mães é muito grande e o apelo para que a sanção a este projeto, para que ele vire lei ocorra imediatamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Foi dispensada a redação final inclusive até pela urgência da sanção do Governador.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 188/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação de

imóvel ao Município de Jesuítas. **Aprovada. (Publ. no DA nº 040/09, de 28/04/09, em Mensagens).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 189/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/09, que objetiva efetuar cessão de uso de imóvel no Município do Porto Rico. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 189/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao Município de Porto Rico, dos Lotes nº 01 e 02 da Quadra 88-A, destacado do Lote 8 da Gleba 20, Transcrição nº 9448, do Registro de Imóveis da Comarca de Loanda.

Art. 2º O imóvel em questão será utilizado exclusivamente, para a construção da Clínica da Mulher, retornando ao patrimônio do Estado caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Art. 3º A presente cessão terá vigência até 31/12/10, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26/05/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 207/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 022/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Pato Branco. **Aprovada. (Publ. no DA nº 043/09, de 05/05/09, em Mensagens).**

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 024/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo por meio do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, doação de imóvel ao Município de Nova Aurora. COM PARECERES DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DE PLENÁRIO APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda. **aprovada. Projeto. Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 240/09, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de utilidade pública estadual a APD - Associação Profeta Daniel, com sede e foro no Município de União da Vitória. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 288/09, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Afro Brasileira São Jerônimo e São Jorge, com sede e foro no Município de Colombo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo. Aprovada a Emenda.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 792/07, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de utilidade pública estadual o Instituto Herdeiros da Vida, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDAS DA CCJ. **Aprovado (Publ. no DA nº 144/09, de 07/11/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 792/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Belinati, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Herdeiros da Vida, com sede e foro no Município de Londrina.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, o foro que consta no artigo 1º do Estatuto Social do Instituto Herdeiros da Vida é a Comarca de Londrina, no Estado do Paraná, sugere-se a Emenda Modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, § 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Ainda, tendo em vista a exclusão de parte da redação do artigo 2º do presente projeto de lei, por redundância, sugere-se a Emenda Supressiva em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma das emendas em anexo.

Sala das Comissões, em 30/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 792/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o Instituto Herdeiros da Vida, com sede e foro no Município de Londrina.”

Sala das Comissões, em 30/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 792/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Supressiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/09, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública o Instituto Agroecológico - IA, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/09, de 03/06/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 269/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Agroecológico - IA, com sede e foro no Município de Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por

estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, o Instituto que se pretende declarar de utilidade pública é designado apenas pelo nome de Instituto Agroecológico, não possuindo a sigla IA em seu nome, consoante o respectivo Estatuto Social. Desta forma, sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 30/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 269/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o Instituto Agroecológico, com sede e foro no Município de Curitiba.”

Sala das Comissões, em 30/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 318/09, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 562/09, que altera a denominação do cargo de Corregedor Adjunto, estabelecida na Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, passando a designar de Corregedor, e adota outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado (Publ. no DA nº 068/09, de 23/06/09, em Ofícios).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 318/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por objetivo alterar a denominação do cargo de Corregedor Adjunto, para Corregedor em virtude de Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo Procurador Geral da República, na qual se impugna a previsão do cargo de Corregedor Adjunto na Corregedoria de Justiça do Estado do Paraná.

Ademais, consoante a justificativa apresentada pelo nobre proponente, a Lei Complementar Federal nº 035/79 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional - LOMAN), autoriza que em Estados com mais de 100 Comarcas e 200 Varas, como é o caso do Paraná, poderá

haver a figura de até dois Corregedores. Desta feita, visando adequar a Lei Estadual nº 14277/03 e o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná às insurgências feitas na ação constitucional proposta, bem como ao disposto pela Lei Complementar nº 035/79, o presente projeto de lei tem por escopo referida alteração.

Fundamentação

De início, cumpre à Comissão de Constituição e Justiça, em obediência ao disposto no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná¹, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade, bem como a técnica legislativa apresentada.

Ressalte-se, primeiramente, que, em conformidade ao constante na Constituição do Estado do Paraná, a iniciativa de leis ordinárias, como é o caso, cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos². Ademais, é de competência privativa do Tribunal de Justiça, por meio de seus órgãos, propor, perante esta Casa, a criação e extinção de cargos³.

Desta forma, vislumbra-se a legitimidade do emittente Presidente do Tribunal de Justiça em iniciar o presente processo legislativo, uma vez que obediente aos ditames constitucionais.

Impede destacar que a alteração referente à denominação do cargo de Corregedor Adjunto fundamenta-se na impugnação realizada em sede de ação direta de inconstitucionalidade, autuada sob nº 4342-2/600, proposta pelo Procurador Geral da República.

Dentre suas razões, o respeitável autor sustenta que as expressões e dispositivo questionados, por preverem, cada qual a seu modo, o cargo de corregedor adjunto no Judiciário do Paraná não se coadunam com o que se estabelece o artigo 93, *caput*, da Constituição da República⁴, segundo o qual apenas lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura (...) Até que sobrevenha a edição da nova lei complementar a que se refere a norma constitucional, prevalece, como se sabe, a vigente Lei Orgânica da Magistratura Nacional (...). A LOMAN, em nenhuma passagem faz menção à figura do corregedor

1. Art. 33. do Regimento Interno desta Casa de Leis. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 2º A Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quando ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa (...)

2. Art. 65. da Constituição Estadual. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

adjunto, muito menos como cargo de direção dos tribunais de justiça, status conferido pelas normas estaduais.

Cumprido ressaltar que a Lei Complementar Federal nº 035/79 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional) assim dispõe:

Art. 103. O Presidente e o Corregedor da Justiça não integrarão as Câmaras ou turmas. A lei estadual poderá estender a mesma proibição também aos Vice-Presidentes.

§2º Nos Estados com mais de 100 Comarcas e 200 Varas, poderá haver até dois Corregedores, com as funções que a lei e o Regimento Interno determinarem.

Em assim sendo, vislumbra-se que a pretensão do ora proponente não possui quaisquer entraves, uma vez que, além de se amoldar à insurgência feita pelo Procurador Geral da República em ADIN, adequa-se às disposições da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Portanto, resta evidente que, em sendo autorizado no Estado do Paraná a existência de até dois corregedores, faz-se plenamente viável a aprovação da presente proposta legislativa.

Por fim, deve ser destacado que a modificação nominativa pretendida não implica em alteração orçamentária, não sendo, pois, necessária a previsão do impacto econômico-financeiro, exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Destarte, deflagradas a constitucionalidade e legalidade deste projeto de lei, opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3376, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Rejeitado.**

3. Art. 101. da Constituição Estadual. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observando o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargo e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhe forem vinculados, bem como a fixação de subsídio de seus membros e dos Juízes observado o que dispõem os artigos 39, parágrafo 4º, 150 II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal.

4. Art. 93 da Constituição Federal. Lei Complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios (...)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, quero encaminhar contrariamente ao requerimento de autoria do Deputado Marcelo Rangel.

Este pedido obviamente já foi feito em outros momentos e, na verdade, ele adotou uma tática, e eu queria chamar a atenção dos nossos Deputados, ele adotou uma tática que na verdade é, única e exclusivamente, para poder causar algum tipo de incômodo, todo dia, em relação ao Secretário da Segurança pública, Luiz Fernando Delazari.

Então, são requerimentos completamente desprovidos, é só acessar o site que tem as informações e, na verdade, é única e exclusivamente para promover desgaste político. Mais nada do que isto.

Então, o que ele pergunta: qual o número de presos nas Delegacias de Polícia do Estado do Paraná? Qual o número de presos que estão aguardando transferência para as penitenciárias?

O fato é o seguinte: tem milhares de mandados de prisão para serem cumpridos.

Isso é só para criar uma polêmica. Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. estava indo numa linha boa, não sei porquê envervou de novo por esse caminho. Deve ser por uma pauta política. Compreendo V. Exa., em parte. É Parlamentar de Oposição e tem que ter aqui incumbência, o Rubens Bueno todos os dias chama a atenção dos Deputados do PPS: "Vão lá, fustigar o Governo, criar incômodos todo dia."

Então, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, isso é só para promover desgaste político, não é para fazer política pública com seriedade. Por isso, quero pedir o voto do NÃO, rejeitando o requerimento, demonstrando aqui a unidade, porque isso não é possível, ficar com esse tipo de requerimento. Requerimentos sérios tenho aprovado todos, inclusive do Deputado Marcelo Rangel, e tenho a maior boa vontade de poder resolver. Tem um requerimento dele depois, que vou aprovar, ou encaminhar via Liderança do Governo, que acho que é um tema que deve ser, de fato, tratado. Aquilo que é sério, tratamos seriamente. O que é para desgastar politicamente, identificamos e pedimos o voto do NÃO a todos os companheiros.

Acredito que aqui os pedidos de informações têm que ser feitos com muito rigor e utilizados com muita parcimônia, para não serem banalizados.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Com todo o respeito ao Líder do Governo, mas discurso extremamente frágil, porque estamos fazendo um questionamento muito importante.

Peço o apoio dos Srs. Deputados e vou defender esse requerimento com veemência, pedindo aos nobres Parlamentares da Bancada de Situação também para que nos apoiem, porque a informação que obtivemos, e não é

oficial, e é por isso que estou levantando esse questionamento para que venha de forma oficial da Secretaria da Segurança, que aliás, se recusa a responder muitos questionamentos, muitas perguntas da Assembleia Legislativa. O próprio Secretário se recusa, inclusive, a prestar depoimento aqui na Assembleia Legislativa que é a Casa do Povo,

Gostaria de receber as informações oficiais com relação ao número de presos, detentos que estão cumprindo penas em delegacias de maneira sub-humana. As informações que recebi, e não são oficiais, é que praticamente 3 mil detentos estão cumprindo pena em delegacias, sem a mínima estrutura, sem as mínimas condições. É preciso dizer que nas delegacias do interior, infelizmente não temos policiais do efetivo, da Polícia Militar e Civil. O Estado e o Brasil inteiro sabe que é completamente defasado. E saber que numa delegacia do interior, sem as condições mínimas, estamos recebendo detentos que estão cumprindo suas penas. Por isso gostaria de receber essa informação.

Não estou fazendo discurso para incomodar a Secretaria da Segurança, não, como o Líder do Governo falou. Pelo contrário, estou incomodado, assim como cada cidadão paranaense está incomodado, com a sensação de insegurança que se estabeleceu no Estado do Paraná nos últimos meses.

Portanto, as informações da Secretaria da Segurança têm que passar pela Assembleia Legislativa, e é dever de cada Parlamentar conseguir obter essas informações.

Aliás, não é só com a Secretaria da Segurança, ultimamente o Governo do Estado, infelizmente, está me negando vários pedidos que foram aprovados, inclusive com a sua anuência, Deputado Romanelli. Isso não pode acontecer, porque se trata de crime de responsabilidade.

Peço, mais uma vez, aos Srs. Deputados, a aprovação, para que o Estado do Paraná, a imprensa e os Srs. Deputados, todos os cidadãos saibam exatamente quantos detentos estão cumprindo pena nas delegacias do Estado do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está em votação no painel eletrônico. Deputados favoráveis ao requerimento votam com a expressão SIM, contrários com a expressão NÃO e também aqueles que desejarem se abster poderão registrar o seu voto de abstenção.

Encerrada a votação: 31 Srs. Deputados presentes, 21 votaram NÃO, 9 SIM.

Portanto, está **rejeitado** o requerimento.

Requerimento nº 3377, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Só queria propor ao Deputado Marcelo Rangel, obviamente que se houver isso aqui, certamente a Secre-

taria da Segurança já tomou as providências. Esse requerimento, se for aprovado pela Casa é aprovado, depois vai, são uns 45 dias, aí acabou a gripe e tudo mais para vir a resposta. Então, é um requerimento que é pertinente o Parlamentar saber, proponho a ele que possamos encaminhar, via de trânsito do Governo. Vamos provavelmente dar a resposta ainda hoje disso aqui.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Existe um compromisso então com relação à Liderança do Governo, ou hoje, ou o mais tardar amanhã, para que se possa ter a informação, porque segundo a Secretaria da Saúde...

Deputado Romanelli, o senhor hoje está um pouco nervoso com as últimas notícias que vieram da Rede Bandeirantes, mas Deputado Romanelli, o que eu gostaria de saber é o seguinte: foi pelo menos afirmado...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Marcelo Rangel, consulto V. Exa. se vai encaminhar?

(Assentimento)

Faço essa pergunta a V. Exa. porque, a partir do momento que V. Exa. encaminha o requerimento, não há mais como retirá-lo, ele vai à votação. V. Exa. vai encaminhar ou aceitar a proposição do Líder do Governo?

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, vou encaminhar, mesmo sabendo que podemos perder a votação. Então, temos cinco minutos para falar a respeito desse assunto que também tem a ver com o primeiro requerimento que eu fiz a defesa aqui na Assembleia. No primeiro requerimento, quero inclusive agradecer ao Deputado Péricles, de Ponta Grossa, que votou favoravelmente, porque era realmente uma informação pertinente, mas vamos conseguir de outra forma, nem que seja através da Justiça.

Agora, com relação a esse requerimento, é muito grave, porque saiu a informação da Secretaria Municipal de Saúde de Ponta Grossa que existiria um caso de gripe suína, ou melhor dizendo, gripe H1N1, na penitenciária de Ponta Grossa. Um dos funcionários teria contraído a doença. Agora, existem rumores que a gripe se espalhou na penitenciária. Se isso realmente aconteceu, precisamos de um posicionamento muito firme, da Secretaria da Saúde, sobre isolamentos e ações imediatas com relação a esse problema grave! Portanto, vou manter o meu requerimento.

É claro que neste momento o Secretário da Saúde, que é um bom profissional, e eu gostaria de deixar registrado, o Dr. Gilberto é um bom profissional, sempre respondeu todos os meus requerimentos, não nega informação como outras pessoas aqui na Assembleia negam, ele não nega, informa sempre, com certeza está nos acompanhando e sabe da nossa preocupação com relação a esse assunto.

Então, estou encaminhando favoravelmente, para que possamos aprovar esse requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Gostaria de colaborar. Tenho ido e voltado todo dia a Ponta Grossa, moro em Ponta Grossa, faço rádio lá todos os dias, ao vivo, e tenho acompanhado essa confusão em relação a essa gripe que hoje tem em Ponta Grossa sete casos. São sete casos em Ponta Grossa e um caso na região em Ipiranga, que está sob controle. Este caso da penitenciária de Ponta Grossa, é o caso de um agente que esteve na Argentina e que de lá, consequentemente, trouxe o vírus para a penitenciária e acabou passando para uma segunda pessoa. Não há nenhum tipo de epidemia dentro da Penitenciária Estadual de Ponta Grossa. O blog do Fábio Campana diz que há suspeita de que a gripe suína tomou conta da cadeia de Ponta Grossa.

Acabei de falar com o chefe da Regional da Saúde, que é o representante do Secretário Dr. Adoaldo Araújo, agora por telefone, e ele me disse que hoje tem sete casos e que não tem problema nenhum na penitenciária. E que até um controle, pelo Poder Judiciário, está sendo feito desde a semana passada, as pessoas não estão entrando na penitenciária. Está sendo feito um rigoroso controle. Não vamos alarmar. E não vamos por rumores, isso é uma coisa muito séria, essa gripe que está aí. Primeiro, faz mal aos suinocultores, porque não tem nada a ver com o porco, porco só dá lucro, porco não dá prejuízo. E agora estão tendo esse prejuízo em função desse nome desgraçado que alguém inventou.

Vamos com calma, não há epidemia, há um controle feito de acordo com a Organização Mundial de Saúde. Hoje os casos estão sob controle, bem cuidados pela Regional de Saúde, que é comandada por esse jovem que tem feito um trabalho maravilhoso. Não podemos ir atrás de rumores. Quem vai atrás de rumores é Maria Fofoqueira. Temos que parar com isso, estamos falando de uma coisa séria, não vamos colocar em pânico as pessoas. Vamos ter o devido respeito com as famílias. Sem alarde, sem rumores, sem fofocaiadas sem querer se promover às custas de um momento difícil que o mundo passa, que é esse momento da gripe suína. Está sob controle, segundo o que a Regional da Saúde acaba de informar.

Voto contra esse requerimento porque esse requerimento não tem nada a ver.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não é possível discutirmos um requerimento de um Deputado. Temos o encaminhamento a favor e contra. Temos que votar o requerimento. Não é possível quando tem uma posição contrária e encaminha. Quero pedir a compreensão dos senhores. Mas, por dever de ofício,

democrata como a Presidência tem que ser, concedo a palavra a V. Exa.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Questão de Ordem**)

Vou fazer um questionamento à Mesa. Recebi agora a informação da Secretaria da Saúde, realmente confirmando o caso do funcionário da penitenciária que contraiu a gripe suína e que a Secretaria está tomando todas as precauções. Exibi agora, neste momento. Eu posso fazer a retirada do requerimento.

Peço à Mesa Executiva que responda essa minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vou votar o seu requerimento, porque já foi encaminhado.

Está em votação o requerimento, votação no painel.

Deputados favoráveis votarão SIM; Deputados contrários votarão NÃO.

Encerrada a votação.

Trinta Parlamentares presentes: 18 votarão NÃO; Sete SIM; quatro abstenções.

Está **rejeitado** o requerimento.

Deputado Marcelo Rangel, não retirei, porque já tinha encaminhado. É contra o Regimento, então não quis retirá-lo.

Requerimento nº 3379, de autoria dos Deputados Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Osmar Bertoldi e demais Deputados, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Aprovado.**

Para encaminhar o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, o Deputado Elio Rusch solicita uma informação que, pessoalmente, entendo que é pertinente. Ele é Líder da Oposição, mas faz uma solicitação que entendo que é muito interessante, inclusive para que possamos identificar justamente esse tema.

Embora, Deputado Elio Rusch, teremos aqui um problema da questão na formulação do requerimento dos volumes, das quantidades. Podemos ter situações se, num mês, for mais ou menos, não teremos uma claríssima identificação.

Mas quero encaminhar favoravelmente, embora à luz até, Deputado Reni Pereira, sobre o tema, penso que era necessário que aqui fosse incluído o mês de março, para fazer um comparativo, Deputado Elio Rusch. Março e abril.

Veja, se pegarmos abril e maio, não teremos efetivamente o requerimento respondido naquilo que V. Exa. quer saber.

Vamos ter como parâmetros os meses de março e abril, nós teríamos um parâmetro bem objetivo em relação a esse tema.

Vamos fazer a rasura para ter um comparativo aqui, porque senão ele não vai comparar com nada. Vamos incluir o mês de março. Não posso deixar de falar aquilo que estou vendo como um defeito do requerimento.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, concordo plenamente que seja incluído o mês de março. Março, abril e maio.

(Assentimento)

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está em votação.

Aprovado.

Requerimento nº 3361, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 3364 a 3367, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3380, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3363, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3360, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3362, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 3369 a 3375, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3385 a 3387, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3388, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3389 e 3390, de autoria do Deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3391, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, inscrito.

Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só me inscrevi em Explicações Pessoais porque ele fez o pedido de se inscrever também. Desculpem! As notas taquigráficas registram efetivamente tudo o que aconteceu. Eu ouvi ele pedindo para se inscrever em Explicações Pessoais. E me inscrevi, da mesma forma. Não posso estar inscrito antes dele. Depois, Sr. Presidente. Posso ser tudo, menos desatento ao que acontece no plenário. Até por conta da minha personalidade, sou reativo, reagi exclusivamente à inscrição que ele fez para Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Apenas para citar o seguinte, Deputado Luiz Claudio Romanelli: estou substituindo na Sessão o Presidente Nelson Justus, que deixou estabelecidas as inscrições. Vou seguir as instruções deixadas pelo Presidente. V. Exa. tem a palavra. Se não fizer uso da palavra, vou passar ao Deputado Douglas Fabrício.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Presidente, são questões, na verdade, que temos que ter muita clareza. Não vou ficar aqui discutindo. Entendo que V. Exa. pegou a Sessão em andamento, e tenho certeza absoluta do que fiz. Se consultadas as notas taquigráficas desta Sessão, V. Exa. vai verificar que houve o registro feito pelo Parlamentar em relação à inscrição em Explicações Pessoais. Eu estava na tribuna e depois dele ter pedido, até como uma forma de promover a defesa em relação àquilo que ele falaria, eu efetivamente abri mão das Explicações Pessoais. Por isso que tem questões, me desculpem, mas a Mesa tem que estar atenta em relação a este tema.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente. Mas, já é uma questão decidida, Deputado Luiz Claudio Romanelli. Penso que se V. Exa. vai fazer uso, terá seu tempo. Vai fazer uso?

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Faço um apelo aos dois Deputados, que os dois abram mão. Não vamos chegar à finalidade nenhuma.

Nenhum vai provar que o outro tem razão e todos nós perderemos, principalmente os telespectadores, que estão loucos para assistir a novela. E está saindo do ar às 18h. É um apelo, de experiência, de mais velho, porque brigar é burrice. Me desculpem V. Exas., não vale à pena. Deixem para amanhã. V. Exas. colocam a cabeça no travesseiro e voltam com outro pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Acho a proposição do Deputado Antonio Anibelli, dada a sua experiência...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Vinda do Deputado Antonio Anibelli, quem sou eu para contestar!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. concorda, Deputado Douglas Fabrício?

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Na verdade, Deputado Augustinho Zucchi, ouvi bem quietinho, pedi aparte várias vezes, não fui atendido e fui ofendido por diversas vezes, sendo que disse que ainda eu era não sei o quê e mais não sei o quê, movido pela ira. Agora vem aqui dizendo uma inverdade, e vejam como Deus é justo, porque nós vemos quem fala inverdades aqui.

Vou deixar para discutirmos isso amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente. Agradeço à proposição do Deputado Antonio Anibelli e a compreensão dos Deputados.

Só quero informar aos Srs. Deputados que amanhã teremos duas Sessões, sendo a de amanhã e a Extraordinária, para compensar a de quinta-feira.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/9.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 241 e 251/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 288/09 e do Projeto de Resolução nº 014/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 792/07, 269 e 318/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 057, 223, 286, 297 e 324/09.

VOTAÇÃO ÚNICA - da Proposição nº 044/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações Administrativas:

Contrato de Prestação de Serviços

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3º TERMO DE ADITIVO

Contrato de Prestação de Serviços para Tratamento de Resíduos

O presente instrumento, a Assembleia Legislativa Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 77.799.542/0001-09, com sede na Praça Nossa Senhora da Salete s/n, Centro Cívico, nesta Capital, neste ato representada pelo seu Diretor Geral Dr. Abib Miguel, doravante denominada de CONTRATANTE e a Empresa SERQUIP - Tratamento de Resíduos PR Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 06.208.833/0001-29, com sua Unidade de Tratamento situada na rua Dr. Mário Jorge nº 250, Cidade Industrial de Curitiba/PR, neste ato representada pelo seu Diretor Sr. Artur Luiz da Silva Duarte, CPF nº 854.929.578-72, doravante denominada CONTRATADA, vêm aditar o presente contrato, o qual foi efetivado através do Protocolo nº 3304/06 de acordo com a Lei nº 8666/93, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto:

Consiste em coletar, transportar, tratar, os resíduos dos grupos A, B, E e dar destino final aos resíduos sólidos da(s) unidade(s) da CONTRATANTE. Os resíduos serão tratados por auto-clavagem ou incineração, de acordo com o seu tipo, devendo ser devidamente segregados pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Recurso Financeiro:

As despesas decorrentes do presente contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro nº 3390.3900.

CLÁUSULA TERCEIRA - do Preço

Pela prestação de serviços a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 78 (setenta e oito reais) por bombona, totalizando R\$ 312 (trezentos e doze reais) mensais para os dois pontos de coleta.

CLÁUSULA QUARTA - Do Prazo

O presente contrato estará em vigor a partir de 24/06/09 a 24/06/10.

O presente instrumento fica fazendo parte integrante, complementar e indissociável do Contrato ora editado e ficam ratificadas as demais cláusulas de acordo com a Lei nº 8666/93 e demais legislações pertinentes à matéria contratual e licitatória.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, 24/06/09.
(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral
ARTUR LUIZ DA SILVA DUARTE - Diretor SERQUIP

Pregões Eletrônicos

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/09

Proctolo: 2390/09
Objeto: Aquisição de materiais diversos conforme abaixo.

LOTE	EMPRESA VENCEDORA	ESPEFICICAÇÕES	VALOR
1	Comercial Bora & Filho Ltda.	Cancelado	-
2	World Máster Comércio de Papelaria e Suprimentos de Informática Ltda.	500 Pacotes de papel offset comercial, no formato 66x96, 75 gramas, com 250 folhas cada;	R\$ 24.345,00
3	Comercial Quadrante Art. Plásticos e Papéis Ltda. ME	Fardos de papel higiênico, branco luxo picotado, folha dupla, fardo com 64 rolos, cada rolo com 30 metros.	R\$ 13.748,00

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

RESUMO DO PREGÃO 009/09

LOTE	EMPRESA VENCEDORA	ESPECIFICAÇÕES	VALOR	PROTOCOL O DE PGTO
1	Arte Brasilis Comércio de Papéis Ltda. - ME	20.000 folhas de papel telado L/2, offset, comercial, no formato 66x96, 180 gramas;	R\$ 29.800,00	8639/09

Diante do exposto, solicito que o presente seja encaminhado ao Sr. Diretor Geral para autorizar a publicação do resultado do referido Pregão Eletrônico.
Em 01/07/09.

(aa) MARCELO GONÇALVES CORDEIRO - Pregoeiro
LUCI MARTINS AZEVEDO - Equipe de Apoio
DANTE ANTONIO LECHINSKI - Equipe de Apoio

